

Art. 4º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 5º O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar ou outro índice que venha sucedê-lo.

Parágrafo Único - Estudos desenvolvidos e aprovados pelo MEC na construção de novos indicadores, a exemplo dos que se reportam à qualidade relativa ao corpo docente e à infraestrutura da educação básica, poderão ser incorporados ao sistema da avaliação deste plano.

Art. 6º O Município, em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil e política, procederá à avaliação periódica de implementação do Plano Municipal de Educação de Formosa do Rio Preto e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1º O Poder Legislativo, com a participação da sociedade civil e política, organizada e por intermédio da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores e Conselho Municipal de Educação, acompanharão a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º A primeira avaliação do PME realizar-se-á durante o segundo ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas às correções de eventuais deficiências e distorções.

§ 3º O Conselho Municipal e o Fórum Municipal de Educação

I – Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas

II – Promoverá a conferência municipal de educação

§ 4º A conferência municipal de educação realizar-se-á com intervalo de até 2 anos entre elas, com intenção fornecer elementos para o PNE e também refletir sobre o processo de execução do PME.

Art. 7º Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME.

Parágrafo único. As estratégias definidas no anexo desta lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumento jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados.

Art. 8º O Município elaborou o seu PME em consonância com as diretrizes, metas e estratégias, previstas no PNE, Lei nº 13.005/2014.

§ 1º O Município demarcou em seu PME estratégias que:

I - Asseguram articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e culturais;

Praça da Matriz nº 22 – Centro – CEP: 47.990-000 TELEFAX (77) 3616.2121/2125



II- Consideram as necessidades específicas da população do campo e das comunidades remanescentes quilombolas, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural;

III- Garantem o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV- Promovem a articulação intersetorial na implementação das políticas educacionais.

Art. 9º A partir da Lei aprovada do PME, o Município deve aprovar a lei específica para instituir o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática pública no prazo de 2 anos, contando da publicação dessa lei.

Art. 10 Os Poderes do Município deverão empenhar-se em divulgar o Plano aprovado por esta Lei, bem como na progressiva realização de suas metas e estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

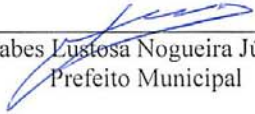
Art. 11 Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o poder executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízos das prerrogativas desse poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito:

Formosa do Rio Preto, 16 de Junho de 2015.



Jabes Lustosa Nogueira Júnior
Prefeito Municipal

Praça da Matriz nº 22 – Centro – CEP: 47.990-000 TELEFAX (77) 3616.2121/2125

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015-2025



Formosa do Rio Preto

2015

PREFEITO

Jabes Lustosa Nogueira Júnior

VICE-PREFEITO

Gerson Bonfanti

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Helda Nayara Azevedo de Araújo Fernandes

COORDENADORAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ana Karolyne Paranaguá Elvas Ramos

Rayra Régis Barbosa

❖ **GRUPO COLABORATIVO:**

- Agostinho Pereira da C. Neto
- Fábio Araújo Rocha
- Helda Nayara Azevedo de Araújo Fernandes
- Ilzaneide Sene Corado
- Jacilene Pereira de Oliveira
- Maria do Carmo Rocha Serpa
- Marina Célia Moreira Serpa dos Reis
- Marineide da Silva Serpa
- Naivana Carlos da Silva Oliveira Soares

a) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

1. Maria do Carmo Rocha Serpa
2. Adriana Carvalho dos Santos
3. Eliane de Souza Menezes
4. Olindina Santos Magalhães e Silva

b) COMISSÃO REPRESENTATIVA DO ENSINO FUNDAMENTAL

1. Naivana Carlos da Silva Oliveira Soares
2. Érica Patrícia de Sena Oliveira
3. Josué Alves
4. Kathy Luciane Lopes

c) COMISSÃO REPRESENTATIVA DO ENSINO MÉDIO

1. Agostinho Pereira da C. Neto
2. Eldeci Ferreira Serpa
3. Marinalva Rocha de Oliveira Dias
4. Marinélia da Silva Rocha

d) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1. Helda Nayara Azevedo de Araújo Fernandes
2. Ana Karolyne Paranaguá Elvas Ramos
3. Jacy de Sene Corado
4. Maria de Fátima Rangel da Silva

e) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA POLÍTICA DA ALFABETIZAÇÃO

1. Marina Célia Moreira Serpa dos Reis
2. Adriana Carvalho dos Santos
3. Charles Maciel S. de Carvalho

f) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

1. Marina Célia Moreira Serpa dos Reis
2. Ronaldo Adriano Oliveira da Silva

g) COMISSÃO REPRESENTATIVA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Fábio Araújo Rocha
2. Florenice Chaves dos Santos
3. Kelly Robiane Crisóstomo de Souza
4. Márcia Faria Nogueira Alexandre

h) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

1. Jacilene Pereira de Oliveira
2. Edson Batista Barbosa
3. Ildete Alves de Amorim
4. Rayra Régis Barbosa

i) COMISSÃO REPRESENTATIVA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL

1. Agostinho Pereira Neto
2. Eldeci Ferreira Serpa
3. Marinalva Rocha de Oliveira Dias

j) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

1. Ilzaneide Sene Corado
2. Ronaldo Adriano Oliveira da Silva
3. Wania Margareth Serpa Oliveira

l) COMISSÃO REPRESENTATIVA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

1. Marineide da Silva Serpa
2. Ênio Marques
3. Ludimilla Dourado Yoshida de Siqueira
4. Maria Janete Francisca Bispo Serpa
5. Maria Verônica Leite Serpa

m) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

1. Naivana Carlos da Silva Oliveira Soares
2. Rosilene Alves Bizerra Silva
3. Lilian de Almeida Malaquias
4. Kathy Luciane Lopes

**n) COMISSÃO REPRESENTATIVA RECURSOS FINANCEIROS PARA A
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

1. Fábio Araújo Rocha
2. Maximilian Souza Santos
3. Rosângela Costa da Silva

LISTA DE FIGURAS

Figura 01–MAPA FÍSICO DE FORMOSA DO RIO PRETO	18
Figura 02–VISTA ÁREA DE FORMOSA DO RIO PRETO	19

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. População do Município Formosa do Rio Preto	22
Tabela 02. Informações sobre o Município Formosa do Rio Preto	23
Tabela 03. Estabelecimentos de saúde por tipo e localização	25
Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município Formosa do Rio Preto	26
Tabela 05. Desenvolvimento Humano, períodos 1991, 2000 e 2010 do município Formosa do Rio Preto	26
Tabela 06. Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Formosa do Rio Preto	34
Tabela 07. Frequência por ano de nascimento	34
Tabela 08. Taxa de escolarização da Educação Infantil do município	35
Tabela 09. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Formosa do Rio Preto-Bahia	35
Tabela 10. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Formosa do Rio Preto	38

Tabela 11. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos	39
Tabela 12. Matrícula Inicial do Ensino Médio em Formosa do Rio Preto, por dependência administrativa e localização 2011/2013	41
Tabela 13. Taxas de rendimento do Ensino Médio	41
Tabela 14. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio	42
Tabela 15. Matrículas da Educação Especial no Município	45
Tabela 16. Número de alunos atendidos em Educação em Tempo Integral	54
Tabela 17. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental	58
Tabela 18. Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município Formosa do Rio Preto, por dependência administrativa e localização	67
Tabela 19. Nível Educacional da População jovem	67
Tabela 20. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos	68
Tabela 21. Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal	75
Tabela 22. Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular	77
Tabela 23. Número de Escolas por Etapa de Ensino – Formosa do Rio Preto, BA- Rede Estadual	77
Tabela 24. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal	77
Tabela 25. Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica no município Formosa do Rio Preto-BA Educação Básica	82
Tabela 26. Outras receitas com o setor educacional do município de Formosa do Rio Preto, administradas pela prefeitura (2010/2013)	84
Tabela 27. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Formosa do Rio Preto	84
Tabela 32. Despesas com educação do município de Formosa do Rio Preto por categoria e elemento de despesa	85
Tabela 33. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Formosa do Rio Preto	85
Tabela 34. Aplicação no Ensino Fundamental	86
Tabela 35. Recursos da Educação no PPA	86

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado
ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização
CAE – Conselho Municipal de Alimentação Escolar
CETEP - Centro Territorial de Educação Profissional
COMAE – Conselho Municipal de Alimentação Escolar
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio
FACINTER – Faculdade Internacional de Curitiba
FASB - Faculdade São Francisco de Barreiras
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FTC – EAD – Faculdade de Ciências e Tecnologias
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN – Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
LOA- Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
PAR - Plano de Ações Articuladas
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PME – Plano Municipal de Educação
PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE – Plano Nacional de Educação
PPA – Plano Plurianual
PROAM – Programa de Apoio à Educação Municipal
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEA – Sistema de Escrita Alfabética
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
UESSBA- Universidade de Ensino Superior do Sertão da Bahia
UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
UNIASSELVI - Universidade Leonardo Da Vinci
UNIFACS - Universidade Salvador
UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná
UNYAHNA - Instituto de Educação Superior

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO.....	16
2.1	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO.....	16
2.1.1	Caracterização do Município.....	16
2.1.1.1	<i>Aspectos Históricos.....</i>	16
2.1.1.2	<i>Aspectos Geográficos.....</i>	21
2.1.1.3	<i>Aspectos Demográficos.....</i>	23
2.1.1.4	<i>Aspectos Socioeconômicos.....</i>	26
2.1.1.5	<i>Aspectos Culturais.....</i>	27
2.1.1.6	<i>Infraestrutura Material.....</i>	28
2.2	ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO.....	32
2.2.1	Educação Básica	32
2.2.1.1	<i>Etapas da Educação Básica.....</i>	33

2.2.1.1.1	<i>Educação Infantil</i>	33
2.2.1.1.2	<i>Ensino Fundamental</i>	37
2.2.1.1.3	<i>Ensino Médio</i>	41
2.2.2	Educação Superior	44
2.2.2.1	<i>Ensino Superior</i>	45
2.3	MODALIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO	48
2.3.1	<i>Educação Especial</i>	48
2.3.2	<i>Política de Alfabetização</i>	53
2.3.3	Educação em Tempo Integral	
2.3.4	Qualidade da Educação Básica	61
2.3.5	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	70
2.3.6	Educação Profissional de Nível Médio	74
2.4	VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	75
2.5	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....	79
2.6	RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.	86
3	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME	91
3.1	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	91
	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME	109
4	4.1 Composição da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação	110
5	REFERÊNCIAS	112

MENSAGEM DA SECRETÁRIA

Para muitos este momento foi tido como utopia, irreal, inalcançável, mas agora se completa uma fase que mudará os caminhos da educação de Formosa do Rio Preto-BA.

Elaborar o Plano Municipal de Educação foi um desafio que certamente se suavizou pela mais genuína ação: a participação democrática, direta, transparente e assídua de todos os colaboradores.

Esta afirmação não está embasada em questões legais, mesmo por que o processo de elaboração do PME já é preconizado e garantido por lei, mas razões que perpassam por concepções e paradigmas historicamente construídos.

Paulo Freire já dizia que é possível e necessário encurtar a distância entre o que se diz e o que se faz... Citou também a necessidade de se aproximar e articular o que se tem e aquilo que se deseja. Nessa circunstância, tratando-se especificamente de gestão pública e educacional, é preciso, acima de tudo, planejamento.

O Plano Municipal de Educação pretende contribuir para a formação de novas concepções. Deseja-se um despertar de consciência capaz de promover uma gestão pensada e vivida por todos ao se planejar o próximo decênio educacional.

Quando cita-se enfaticamente a participação, entende-se que significa “ser parte” e “dar parte” ao processo de construção das relações sociais. “Ser parte” é condição e “dar parte” é compromisso ético que se tem como ser social que se é.

É necessário que este PME não seja só um documento, um arquivo, uma obrigatoriedade, mas o que se almeja, é que este tome corpo, e como os corpos se desenvolvem, que ele também mude sua forma, evoluindo conforme as necessidades da Educação sejam percebidas.

A sociedade nasce para ser mais... Vive para ousar. Um Plano que, além do documento escrito, feito com a rigorosidade metódica necessária, é capaz de ser palavra-idealização-ação, que se tece para uma Formosa do Rio Preto cada vez melhor.

Com esta compreensão e comprometimento a ótica é Evoluir.

Pode-se comparar este momento com o navegar num oceano profundo, pois o mar oferece perigos, perder o rumo não é difícil, naufragar também não... Mas, ao navegar pode-se questionar as ondas, observar a paisagem, melhorar os barcos, só não pode parar, pois o horizonte é infinito e o mar não espera.

Conscientizar uma sociedade da importância do papel da educação em amparar e reerguer ideais, reavivar os sentimentos, valores e atitudes que poderão renovar a confiança em dias melhores, é fundamental. Que essa consciência seja uma realidade constante e um estímulo a todos os formosenses, colegas de cena neste teatro encantador e fabuloso que é a escola da vida.

Helda Nayara de Azevedo Fernandes
Secretária Municipal de Educação

1. INTRODUÇÃO

Formosa do Rio Preto avança em qualidade de educação ao elaborar, para o próximo decênio, de forma democrática e participativa, o Plano Municipal de Educação – PME.

O PME expressa uma política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades de ensino. Sua elaboração está preconizada no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado em 2014 pela Lei nº 13.005.

Este trabalho priorizou obedecer ao princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, baseado na Constituição Federal Art. 206, Inciso VII, observando a gestão democrática de ensino e da educação, a garantia de princípios de transparência e impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança e o trabalho coletivo, a representatividade e a competência.

Para que fosse construído o presente Plano Municipal de Educação requereu-se, de todos os que o elaboraram, a participação com clareza e objetividade a respeito de qual educação se quer e se merece ter.

Este processo de construção coletiva e colaborativa, com a demonstração de um forte espírito democrático, enche a todos de um sentimento de esperança para uma evolução no âmbito educacional e aponta para um caminho em que esta seja vista como alicerce para o desenvolvimento de uma sociedade plena, estável e realizada.

Espera-se que o Plano Municipal de Educação de Formosa do Rio Preto aponte para uma Educação norteada e conectada entre si, que contribua para a formação de cidadãos, com uma nova visão de mundo, em condições para interagir na contemporaneidade de forma construtiva, solidária, participativa e sustentável, visando ainda às igualdades de oportunidades ao encontro do saber.

2. ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO

2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

2.1.1 Caracterização do Formosa do Rio Preto

2.1.1.1 Aspectos Históricos

A TERRA

Desde que o Brasil foi descoberto pelos portugueses à presença dos índios, primitivos donos desta terra, foi acentuada em todo o território. Também na região do Oeste baiano, onde está localizado o município de FORMOSA DO RIO PRETO na sua história, contamos com a presença dos mesmos, comprovada hoje, por objetos, construções e restos mortais encontrados em vários sítios.

Os Tapuias, que habitavam o sertão brasileiro, destacavam-se nas imediações do sul do Piauí, norte de Goiás (hoje Tocantins) e noroeste da Bahia (atualmente oeste baiano) as tribos: Pimenteiras, Acaroases ou Acaroás, Xeréns ou Xerentes.

O pau-brasil, chamado de Ibirapitanga, a única atividade comercial daquela época em que nada se visava para o bem da terra descoberta, e sim dos descobridores. Com o escambo, os índios armazenavam o produto durante anos.

O TERRITÓRIO DO RIO PRETO

Em 1628 D. João de Lencastro, 32º Governador Geral do Brasil (Cf. Anais do 5º Congresso Geog. Brasileiro) mandou povoar o território do Rio Preto, nome dado a esta região pela característica das águas de um rio que se mostravam escuras, porém de aspectos nitidamente cristalinas.

Antes mesmo da vinda da Família Real para o Brasil já se achava nesta região o Sr. Amado Viana, fidalgo português que, por ter dirigido graves ofensas a uma dama da Corte, foi expulso da Universidade de Coimbra e transportado como degredado para o Brasil. Era dono de opulenta riqueza e, com seus inúmeros escravos chegou a cultivar trigo na Fazenda Canabrava, pertencente mais tarde ao Coronel Francisco Ângelo, casado com a filha de D^a Maria Ana de Almeida Rocha que, por informações de familiares, foi proprietária das terras da Fazenda Várzea Formosa, onde hoje se situa a sede do município de Formosa do Rio Preto. E assim iniciou o povoamento deste município.

Em 1716 já existia em Formosa uma demonstração do trabalho desenvolvido direta ou indiretamente pelos jesuítas: uma pequena capela, nessa época servia de esconderijo a um padre que, por perseguição política viera ali refugiar-se. Enquanto isso, a região ia sendo cada vez mais habitada, levando em conta o fator climático, terrenos férteis, boa localização, enfim, tudo contribuía.

Em 1800, aproximadamente, presume-se ter aumentado consideravelmente a habitação em Formosa com pessoas vindas da Vila da Barra (hoje município de Barra), da Vila de Campo Largo (hoje município de Cotegipe), do povoado de Santa Rita (atualmente município de Santa Rita), da Vila de Corrente do Piauí (hoje

Município de Corrente do Piauí) e de regiões do norte de Goiás como São José do Duro (atualmente Dianópolis, no Tocantins).

Em 1815 o território do Rio Preto, até então ligado à comarca de Jacobina, passou a pertencer à capitania de Pernambuco, sendo mais tarde incorporada à província de Minas Gerais. Em 1827, voltou a ser anexado, definitivamente à Bahia com sede na Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande.

Mais tarde, por volta de 1940, sob a Lei de nº 119, datada de 26 de março, o povoado de Santa Rita de Cássia passa a vila e oito anos depois foi elevado à qualidade de município passando Formosa, conseqüentemente, a ser o segundo Distrito deste município.

FORMOSA, VILA DE ITAJUÍ, FORMOSA DO RIO PRETO E SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Ainda no governo ditatorial do Presidente Getúlio Dornelles Vargas, em 1940, foi decretado a mudança de nome de vários lugares no país, Santa Rita passou-se a chamar Ibipetuba e Formosa a chamar-se Itajuí, nome que significava uma vila construída em cima de um morro, sobre pedras miúdas. A população se opôs a tal mudança e, sob protestos e intervenção de todos os segmentos da sociedade da época, voltou ao primitivo nome de Formosa, vindo a ser acrescentado mais tarde *do Rio Preto*.

Após o período ditatorial do governo Vargas, anos durante os quais os prefeitos eram indicados ou intendentess, chega então o momento de o povo escolher seus representantes pelo voto direto. A vila iniciava então a campanha eleitoral.

Chegando o dia da eleição da vila partiu a caravana para a cidade de Santa Rita para exercer seu direito de voto. Foi eleito e empossado o Sr. Frederico Fidelis, em janeiro de 1947. Deu-se então início à construção de dois prédios escolares, sendo um na sede do distrito e outro na localidade de São Marcelo.

Em 1950, realiza-se nova eleição. Os eleitores da vila de Formosa não precisaram se deslocar para votar em Santa Rita, transcorrendo aqui mesmo todo o

processo eleitoral, cujos partidos, nessa época, eram representados pelas siglas: UDN e PSD, sendo vitoriosos os correligionários da UDN e sendo eleito e empossado para prefeito o Sr. Benedito Araújo.

Nessa época foram construídos o Campo de Aviação, O Mercado Municipal, a Usina de Luz. Foram colocados postes de energia nas ruas, abertas muitas estradas e construídas várias escolas.

A vila crescia e evoluía em todos os aspectos: financeiros, econômicos, sociais, culturais, religiosos, educacionais, mas, para o povo de Formosa ainda faltava alguma coisa: a emancipação; era um sonho que não tardaria de se realizar.

As primeiras ideias de emancipação política de Formosa surgiram na gestão do prefeito Quinca Dias, iniciativa esta tomada pelo vereador Jorge Fidelis o qual levou à Câmara o projeto que, depois de aprovado, foi encaminhado ao governador Dr. Juraci Montenegro Magalhães a fim de receber a devida sanção. Por longos cinco anos este Projeto dormitou nos braços da burocracia pública e, finalmente, a 21 de dezembro de 1961, sob a lei de n º 1560, Formosa, tornou-se livre. E, finalmente, a 1º de janeiro de 1962 documentava-se tal ocorrência: após uma cerimônia religiosa realizada na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, deu-se a Sessão Solene de emancipação, no salão do prédio da Escola Estadual Dr. Djalma Bessa, cujo nome homenageia o advogado patrocinador da referida causa.

DA FORMOSA DA EMANCIPAÇÃO À FORMOSA DE HOJE

Assumindo sua independência, Formosa inicia sozinha a sua caminhada, balbuciando suas primeiras palavras.

Foi então que, depois de uma agitada campanha política entre os Srs. Orlando César e Osvaldo Barbosa candidatos ao pleito e conseqüente realização da eleição, em janeiro de 1963 é calorosamente empossado o Sr. Orlando César – primeiro prefeito de Formosa do Rio Preto, passando a dirigir os destinos da cidade menina entre 1963 e 1966. Nesta administração constrói-se a estrada Formosa – Barreiras e a Escola Municipal Francisco Ângelo, hoje Colégio Municipal Coração de Jesus.

Nessa época a prefeitura funcionava numa casa à Rua do Egito, próximo ao antigo Mercado.

Daí em diante, com vida política estabelecida, a cidade prosseguiu sua trajetória nos pleitos conseguintes.

OS PRIMEIROS EDUCADORES

Sabe-se que, a educação impulsiona o desenvolvimento. O ensino na época da fundação era baseado apenas no livro de leitura de Felisberto de Carvalho, nas quatro operações, e usava-se também o Velho Paleógrafo a fim de que os alunos tivessem um visual da letra manuscrita.

Dentre os pioneiros do ensino daquela época, destacava-se a pessoa do Sr. Pires, procedente do Sul da Bahia e da Sr^a Madalena, procedente de Gameleira de Suruá, os quais muito contribuíram para o desenvolvimento alfabetizando muita gente.

Em 1917 falecia o Professor Pires e neste mesmo ano chegava, procedente da então cidade de Barra do Rio Grande, a família Teixeira. O Sr Pedro Teixeira, com um pequeno comércio integrava-se ao grupo dos comerciantes daquela época. Dentre as suas cinco filhas a jovem Rosita Teixeira, com apenas 12 anos de idade, assumia a responsabilidade de educar e alfabetizar aquela gente. Mesmo com essa pouca idade o seu trabalho era alvo de respeito e confiança por parte de todos.

A partir de então deu-se início à construção de dois prédios escolares sendo uns na Zona Urbana e outro em São Marcelo que, novamente se levantava, impulsionando com a chegada do Sr. Joaquim Alexandre da Silva, o qual instalava definitivamente ali uma Casa de Comércio.

Em 1967, a 10 de janeiro, foi fundada em Formosa do Rio Preto, pelo Dr. Rogério, a CNEG – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, sendo depois modificado para CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, abrindo portas para a criação do primeiro Colégio de 1º Grau, qual teve a sua data inaugural a 25 de abril de 1968, passando mais tarde a funcionar também o 2º Grau, o referido

colégio recebeu o nome Centro Educacional Professora Rosita Teixeira. A escolha do nome foi feita pelo coronel Dr. José Augusto com aprovação da comunidade.

Foi então escolhido para direção do referido colégio a professora Maria de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Azevedo. A qual durante 15 anos, por amor à causa e ao nome escolhido, dedicou-se inteiramente ao bom andamento e organização desse estabelecimento de Ensino, fazendo crescer bem forte o espírito patriótico da juventude formosense.

Para o funcionamento deste referido colégio foi doado pelo Estado, em favor da CENEC, um prédio escolar construído pelo prefeito Frederico Fidelis, na zona suburbana (hoje centro da cidade à Rua Prof^a. Rosita Teixeira), sendo o mesmo submetido a algumas reformas exigidas pela planta elaborada pela CENEC.

Com a criação do Centro Educacional Rosita Teixeira tornou-se possível o preparo para o magistério dentro da própria cidade, dando condição de estudo a todas as classes sociais.

Desde o surgimento dos primeiros professores, das primeiras escolas e da sua emancipação política, a cidade se desenvolveu bastante, várias escolas surgiram, hoje contando com professores do próprio município, com formação em graduação e pós-graduação. Esses professores contaram com uma extensão da UESPI - Universidade Estadual do Piauí, primeira Universidade de Formosa, e posteriormente com uma extensão da UNEB – Universidade Estadual da Bahia, para poderem se aprimorar na arte de ensinar. Atualmente conta com a UNOPAR- Universidade do Norte do Pará e a UESSBA- Universidade de Ensino Superior do Sertão da Bahia, tendo no seu histórico a passagem de outras duas, as FTC – EAD – Faculdade de Ciências e Tecnologias e FACINTER – Faculdade Internacional de Curitiba.

Além das redes públicas de ensino ainda há três escolas privadas, duas que atendem a Educação Infantil e às Séries Finais do Ensino Fundamental e uma que contempla as Séries do Ensino Médio.

2.1.1.2 Aspectos Geográficos

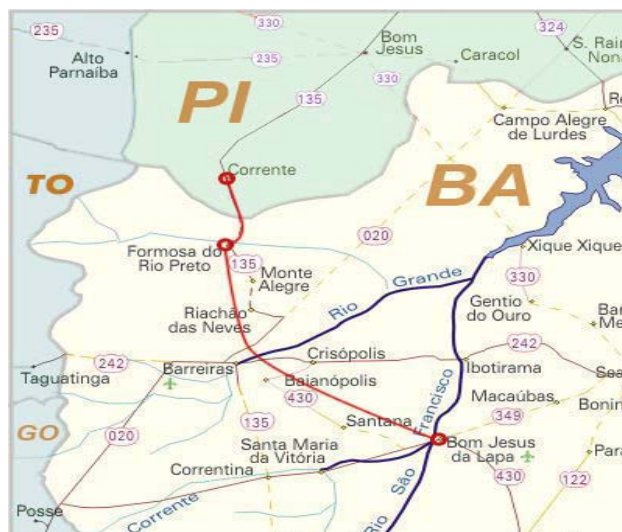


Figura 1. Mapa físico de Formosa do Rio Preto

Formosa do Rio Preto-BA, município localizado no extremo Oeste baiano a 919 km de distância de Salvador (BA) e 775 km de Brasília (DF), faz fronteira com os estados do Tocantins e Piauí. Sua área compreende 16.303km², sua população em 2010 dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) eram de 22.528 habitantes.

O município recebeu este nome devido ao Rio Preto que atravessa o município e é um importante afluente do Rio São Francisco, fazendo parte então, da Bacia do Rio Grande. Sua vegetação encontra-se caracterizada no Bioma Cerrado, apresentando fisionomia de cerradão e campos.

O clima da cidade tem estações bem definidas entre os períodos de chuva (meses de outubro a abril) e de seca (meses de maio a setembro), caracteriza-se pelo clima subúmido. As temperaturas médias variam entre 25°C e 28° C, e as máximas entre 30°C e 33C°. A umidade do ar atinge níveis muito baixos no inverno seco e muito elevados no verão chuvoso.

REGIONALIZAÇÃO

Mesorregião Geográfica- Extremo Oeste Baiano

Microrregião Geográfica- Barreiras

Região Econômica- Oeste

Região Administrativa- Barreiras

Eixo de Desenvolvimento- Oeste do São Francisco

Anos	Total da População	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural
2000	18.288	9.417	8.871	9.381	8.907

Território de Identidade- Bacia do Rio Grande



Figura 2. Vista área de Formosa do Rio Preto

2.1.1.3 Aspectos Demográficos

Tabela 01. População do Município Formosa do Rio Preto

2010	22.528	11.660	10.868	8.881	13.647
------	--------	--------	--------	-------	--------

Fonte: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010 Acesso em: 18 mar 2015

De acordo o Censo demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Formosa do Rio Preto – BA é de 22.528 mil habitantes, sendo que a maioria da população encontra-se na zona rural do município.

Sua área territorial é de 11.303.666, com uma densidade demográfica de 1.38 habitantes por km². Vale salientar, que territorialmente Formosa do Rio Preto se encontra na segunda colocação do estado da Bahia.

Assim sendo, a população é na maioria campesina e as ações educacionais do município voltam-se para a Educação do Campo, garantindo que essa população seja atendida na sua comunidade evitando o êxodo rural.

Ao analisar a população urbana e rural, nota-se que a população rural no ano de 2010 aumentou, inclusive passando a ser maior que a população urbana. Esse fato se deve, as oportunidades que estão surgindo no meio campesino, Formosa do Rio Preto tem se destacado no cenário nacional por meio da agricultura. Assim sendo, é valido ressaltar que não é mais interessante deixar o campo em busca de emprego e renda, já que o mesmo oferece inclusive com qualidade de vida.

O município de Formosa do Rio Preto possui uma grande demanda de mão de obra especializada, principalmente para as lavouras altamente tecnológicas, esses trabalhadores advêm das mais diversas partes do país, principalmente da Região Sul.

Os sulistas contribuíram para o desenvolvimento do agronegócio na região, em especial da Coaceral, alçando Formosa do Rio Preto a um dos maiores produtores de grãos do Brasil.

Neste sentido, a população vem aumentando tanto pelos nascimentos, quanto pelo movimento migratório, necessário para a demanda de mão de obra.

O setor público, serviços e comércio geram emprego e renda, mas o serviço público se destaca e abarca grande parte da população economicamente ativa.

A diversidade de religiões está presente no município, existem igrejas católicas e evangélicas, tanto na zona urbana e rural. Bem como, Casas Espíritas e outras demonstrações de atividades religiosas.

Tabela 02. Informações sobre o Município Formosa do Rio Preto

População(1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	Mais de 35 anos	Total
Urbana	2000	799	499	2.064	936	1.423	2.544	9.382
	2007	804	516	2.286	806	1.919	3.099	11.391
	2010	1.003	495	2.536	930	2.125	3.973	13.647
Rural	2000	959	589	2.223	652	1.210	2.118	8.907
	2007	718	372	2.104	659	1.343	2.693	9.214
	2010	688	381	1.858	588	1.203	2.769	8.848
Total	2000	1.758	1.088	4.287	1.588	2.633	4.662	18.289
	2007	1.522	888	4.390	1.465	3.262	5.792	20.605
	2010	1.691	876	4.394	1.518	3.328	6.742	22.495
PIB (2)	IDH (3)		IDI (4)		Taxa de analfabetismo (5)			
459.290	0.65		0.47		População de 15 anos		População de 15 anos ou mais	
					18.40		32.30	

Fonte: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ide/2000,2007,2010/gerarTabela.php> acesso em 16 de mar de 2015

O município de Formosa do Rio Preto-Ba, tem tido uma aumento considerável da sua população ao longo do tempo, inclusive na zona urbana, fator que também é influenciado pelo êxodo rural, mesmo o campo oferecendo uma condição de vida favorável, existe uma parte da população que migra para a cidade principalmente para estudar.

Pode-se observar na tabela, que na faixa etária de 0 a 3 anos a população da zona urbana tem aumentado significativamente, demonstrando a necessidade de construção de Centro de Educação Infantil e Creches. Outro fator determinante é a

necessidade destes espaços para que as mães deixem seus filhos para saírem em busca de trabalho.

Vale salientar ainda, que de acordo a tabela a população desta faixa etária na zona rural também é crescente, havendo necessidade de oferta de Educação Infantil nas localidades rurais.

A população de 6 a 14 anos como se pode observar tem aumentado na zona urbana e diminuído na zona rural, de acordo esses dados tem-se percebido a migração desta população para a sede do município, assim sendo, o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, necessita de construção de mais escolas destes níveis de ensino, tendo em vista essa demanda ser crescente.

Ao se tratar do público de 18 a 24 anos que representa 14,07% da população total, percebe-se que há um crescimento na zona urbana e na zona rural há uma variação pequena dessa faixa etária, o município possui somente duas escolas estaduais que oferecem o Ensino Médio, sendo necessário um aumento na oferta tanto na zona urbana quanto na rural.

Já a população de mais de 35 anos, representa 30% do total da população e como se percebe tem aumentado consideravelmente, demonstrando que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) merece atenção especial, tendo em vista ser sempre uma crescente demanda, possibilitando que a população nessa faixa etária, economicamente ativa tenha mais oportunidades com uma maior escolarização.

Formosa do Rio Preto conta com uma infraestrutura de saúde que atende aos anseios da sua população, vale ressaltar que a maioria dos bairros conta com um posto de saúde para atender o seu entorno, realizando ainda quando, necessário o encaminhamento para o hospital municipal. Com vistas a melhorar ainda mais o atendimento, está sendo construído um novo hospital no Bairro Novo Horizonte.

Tabela 03. Estabelecimentos de saúde por tipo e localização

Localização	Total	Números de estabelecimentos de saúde					
		Posto de saúde	Centro de saúde	Unidade mista	Pronto socorro	Hospital	Outros
Urbana	1	5	0	0	0	1	0

Rural | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2015).

2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos

Formosa do Rio Preto é um município de pequeno porte, que apesar da sua extensão territorial é pouco habitada, tendo em vista que sua densidade demográfica é de 1,38 habitantes por km², o que faz com que sua população esteja concentrada em poucas áreas.

Neste sentido, percebe-se que a principal fonte de renda, a agropecuária, está concentrada em pequenas áreas e poucas mãos.

Observando a tabela que aborda a o desenvolvimento humano, fica evidenciado a discrepância de distribuição de renda como é percebido no Índice de Gini que mede a desigualdade social, baseada na renda per capita da população 20% mais rica e 20% mais pobre, variando do 0 a 1.

Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município Formosa do Rio Preto

Indicador	Indicadores de Renda e Pobreza (taxas)		
	1991	2000	2010
IDH – municipal	0,376	0,449	0,618
Renda per capita	193,84	280,66	287,94
Proporção de pobres	77,86	70,99	42,96
Índice de Gini	0,7659	0,7996	0,6136

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>.

A desigualdade social e o desemprego estão intimamente ligados à baixa escolarização, que em média está em torno de 8,48 anos. A necessidade contemporânea vai, além disso, o que impede a inserção qualificada no mercado de trabalho. Dentro deste contexto, percebe-se que uma população que tem maior nível de escolaridade, tem uma maior qualidade de vida em todos os aspectos.

Tabela 05. Desenvolvimento Humano, períodos 1991, 2000 e 2010 do

município Formosa do Rio Preto - BA

Indicadores	Índices		
	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,449	0,618	0,536
Educação	5,33	6,63	8,48
Longevidade	60,57	64,30	70,80
Renda	193,84	280,66	287,94

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org>.
Acesso em: 20/04/2015.

2.1.1.5 Aspectos Culturais

Formosa do Rio Preto, desde o adjetivo que carrega como nome, tem em sua cultura aspectos relevantes, visíveis nas suas manifestações culturais durante o decorrer de todo o ano, por meio de datas comemorativas.

A maior delas é a Vaquejada, organizada pela Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo. A festa acontece sempre no último final de semana do mês de maio, no Parque Municipal Major Leopoldo da Rocha. A comemoração acontece em quatro dias, durante os quais realizam-se shows, apresentações culturais de grupos de danças, escolha de Miss Vaquejada, vaquejada com premiações para vaqueiros profissionais e amadores, atraindo vários turistas.

No mês de julho é comemorada a festa do Padroeiro da cidade, o Sagrado Coração de Jesus. Acontece com um novenário, contando com a participação dos grupos e movimentos religiosos da comunidade, os quais se carregam de animar as celebrações. No dia do festejo, a missa campal é realizada pela manhã, a celebração acontece com a participação do Bispo da Diocese, Orquestra Sinfônica Municipal e o Coral da Igreja. Logo após, é feito o sorteio dos encarregados para o ano seguinte. Ao meio dia é realizado o momento da partilha, onde é distribuído um almoço ofertado pelos encarregados. Ao entardecer acontece a procissão pelas ruas da cidade, finalizando com a entrega das bandeiras aos novos encarregados.

A paróquia conta ainda com as comemorações da festa de Nossa Senhora Aparecida, realizada no dia 12 de outubro, no santuário que leva o nome da santa.

Em 02 de agosto é comemorado o Dia dos Evangélicos, onde esta comunidade realiza atividades como passeatas, carreatas, faz também atendimento de saúde com alguns especialistas. Com apoio da Prefeitura Municipal, são distribuídas cestas básicas e a noite é realizado um culto com toda a comunidade, seguido de show Gospel.

No dia 22 de dezembro comemora-se o aniversário da cidade, a festa envolve toda a comunidade com os Jogos do Rio Preto e shows.

Agraciado com uma natureza esplêndida, Formosa do Rio Preto tem como afluente o Rio Sapão, no povoado de São Marcelo. Conta ainda com a beleza da Cachoeira do Estrondo, no Riachão, a Cachoeira do Rio Ouro, as veredas de Buritis com águas cristalinas nos Gerais, fazem do município um atrativo turístico.

2.1.1.6 Infraestrutura Material

Para acesso ao município, tem-se: a BR-135 e as BA-225, que liga a cidade à Vila Coaceral, a BA-459, mais conhecida como anel da soja, e a rodovia BA-458 que margeia a divisa com o Tocantins.

O município conta com 450 km de estradas vicinais e com as ruas de sua sede asfaltadas, assim como a entrada da cidade.

O Aeroporto Municipal tem 1.400 metros de pista asfaltada, podendo receber aeronaves de até médio porte.

O serviço básico que atende o município para o abastecimento de água é mantido pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). Os serviços de energia elétrica são fornecidos pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), atendendo no total de 4.737 consumidores entre os setores residencial, industrial, comercial, rural, serviços e poderes públicos.

O município conta com a Agência do Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e uma agência dos Correios.

O Saneamento básico é feito por meio de coleta de lixo e varredura das ruas.

Conforme o Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN – 2013, o município de Formosa do Rio Preto – BA possui os seguintes meios de transporte:

731	Automóveis
149	Caminhões
28	caminhões Trator
402	caminhonetes
45	Camionetas
7	micro-ônibus
1.552	Motocicletas
403	Motonetas
27	Ônibus
70	Veículos
3.421	Veículos
0	tratores de rodas
7	Utilitários

Segundo a Secretaria de Administração Planejamento e Finanças, o município possui 29 bairros, tendo 2.085 imóveis rurais e 3.229 imóveis prediais somando um total de 5.314 imóveis. A sede de município conta com cinco praças arborizadas com a existência de rampas de acesso.

A educação municipal é sistema de ensino desde 31 de dezembro de 1997, atende as modalidades de Educação Infantil de 4 e 5 anos totalizando 608 alunos matriculados, Ensino Fundamental I e II somando 3.599 alunos, a EJA - Educação de Jovens e Adultos, com 192 alunos.

Ainda tem duas escolas Estaduais que ofertam o Ensino Médio, são os Colégio Estadual Nossa Senhora Aparecida e Colégio Estadual Isabel Araújo da Silva, e também uma escola de curso profissionalizante CETEP- Centro Territorial de Educação Profissional.

A sede do município possui 8 escolas municipais, sendo que uma delas atende a Educação Infantil, mais precisamente a pré-escola. A mobilidade nas escolas ainda está no processo inicial, possui rampas de acesso, mas ainda conta com várias carências.

Existem 44 escolas na zona rural, em sua maioria o Ensino Fundamental I e II. O Ensino Fundamental I acontece em turmas multisseriadas, devido a distância entre os povoados, tanto da sede, como entre os próprios povoados, tendo distritos com 150 a 250km de distância da sede do município.

O Ensino Superior conta com duas universidades, UNOPAR - Universidade do Norte do Paraná e UESBA-Universidade de Ensino Superior do Sertão da Bahia.

A Secretaria Municipal de Assistência Social realiza projetos e serviços como: Programa Bolsa Família; serviço de emissão de carteira de Identidade e carteira de reservista; atendimento de benefícios eventuais; programa Minha Casa, Minha Vida urbano e rural; programa CDC-Centro de Cidadania Digital; emissão de carteira de Passe Livre; Programa Água para Todos, atendimento de BPC (Benefício de Proteção Continuada da Assistência Social).

Ainda voltado a assistência social, Formosa do Rio Preto conta com o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) de pequeno porte II, para atender todo o município, sendo 3.500 famílias referenciadas, com capacidade de atendimento de até 750 famílias por ano. Existem aproximadamente 5.092 famílias inscritas no Cadastro único do município (conforme dados do mês de janeiro a setembro de 2014), destas 3.498 recebem o Bolsa Família.

As principais situações encontradas nos atendimentos do CRAS são: Situação de negligência contra o idoso, a criança, o adolescente, as pessoas com deficiências; crianças e adolescentes fora da escola; indivíduos sem documentação civil; famílias em situação de insegurança alimentar; demandas de provisão material

(exceto alimento); jovens em situação de vulnerabilidade e risco social; usuários de droga; exploração e/ou abuso sexual contra criança e adolescente.

O CRAS encaminha e recebe encaminhamentos, troca informações e desenvolve atividades em parcerias com a rede, possui dados de localização das unidades públicas de rede de proteção social básica, de rede de proteção social especial, das secretarias municipais, dos serviços de saúde, educação, Conselho Tutelar, Projeto de Inclusão Digital, segurança pública e o órgão responsável pela documentação civil básica.

Oferta ainda os SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com públicos específicos, como para:

- Crianças de 05 a 11 anos - ABC-Aprender, Brincar e Crescer;
- Adolescente de 12 a 14 anos - Adolescente nota 10;
- Adolescente de 15 a 17 anos - Adolescente nota 10;
- Idoso - Projeto Espelho da Experiência.

Ainda há a atuação do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados à famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc).

Os Projetos/Programas Desenvolvidos no CREAS são: Grupo Construindo Novos Passos (para usuários de álcool/drogas) e Grupo Hip Hop, (para jovens/adolescentes).

Atualmente o município possui uma boa infraestrutura para a prática do esporte, há o Estádio Municipal Anízio Carvalho de Jesus que conta com iluminação, arquibancadas, vestuários e gramado em boas condições, com o Ginásio Municipal Expedito Guilherme da Cunha e o Ginásio Municipal Abi Lisboa. O último foi reformado recentemente. Ainda nesta gestão municipal foram construídas duas quadras de esporte na zona rural.

Na cidade é realizado o Campeonato Formosense, com competições de futebol rural e com os times da sede, e também é realizada competições com as modalidades de futsal e voleibol. Nos últimos anos resgatou-se uma atividade esportiva tradicional do município, que foi por anos deixada, os Jogos do Rio Preto, envolvendo toda a cidade e atraindo turistas por convidar a vizinhança na sua participação.

2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO

A elaboração do Plano Municipal de Educação de Formosa do Rio Preto, é um marco importante na história da educação no município, neste capítulo será apresentado a análise situacional da educação, que foi construído coletivamente pelos sujeitos envolvidos na educação formosense, com base no seu conhecimento cotidiano.

A partir dessa construção, pode-se traçar metas, diretrizes e estratégias para solucionar os problemas diagnosticados.

Pode, também, subsidiar um futuro planejamento, pois é considerada uma excelente ferramenta, para o desenvolvimento do município sendo alvo de preocupação junto às políticas governamentais e o crescimento econômico.

2.2.1 Educação Básica

Esta seção apresenta os níveis da Educação Básica. Essas etapas serão apresentadas a partir de um texto analítico em que serão expostos os dados da situação e as suas impressões.

2.2.1.1 *Etapas da Educação Básica*

A Educação Básica se divide em níveis, como a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Estas ofertas, especificamente no município de Formosa do Rio Preto, serão analisadas e detalhadas a seguir, contemplando suas características e suas atuações precisas.

2.2.1.1.1 Educação Infantil

O reconhecimento da importância da Educação Infantil para além do contexto familiar foi conquista resultante de vários processos que se legitimam em documentos históricos, como a Constituição Federal em 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a Lei de Diretrizes e Bases em 1996.

Diante desses expressivos avanços é preciso se pensar na questão educativa ou mais especificamente a questão pedagógica, já que a LDB no seu art. 29 diz:

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos psicológicos, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996).

Mesmo perante essas conquistas legais ainda se percebe o grande abismo que existe para que esses avanços tenham um efetivo impacto nas propostas pedagógicas das instituições que atendem crianças pequenas. Segundo Assis (2006, pág. 29) esse descompasso evidencia que muito ainda há por fazer para que as crianças sejam realmente reconhecidas como sujeitos de direitos.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) esclarece a importância entre cuidar-educar-brincar.

“Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o

acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.” (p. 23).

O reconhecimento da Educação Infantil como parte da Educação Básica atribui ao poder público a responsabilidade de reformular políticas de expansão do atendimento, formação específicas dos profissionais, orientações pedagógicas, adequação e construção de espaços físicos para esta etapa educacional.

A discussão sobre a Educação Infantil no campo é recente no país. Nela, estão envolvidos percepções e conceitos de infância-educação-campo que instigam as tensões e conflitos evidenciando as contradições da sociedade e as necessidades de analisar sua complexidade.

A preocupação sobre a prática educacional nos primeiros anos de vida não se difere em Formosa do Rio Preto, pois no município a realidade ainda precisa ser melhorada tendo uma dubiedade nas ações pedagógicas. As escolas do campo contam com classes multisseriadas, prejudicando o aprendizado, mas observa no que é possível, a realidade de cada comunidade, favorecendo o desenvolvimento de cada um. Ainda é necessário que ações como adaptações do calendário em época de plantio e colheita e ainda nas festividades de cada localidade, sejam feitas, respeitando as particularidades das comunidades distintas.

Sabendo que é importante o cumprimento das leis que regem a educação desde a Pré-escola. O município integra de modo parcial a população na faixa etária da educação infantil sendo oferecida em prédios improvisados atendendo crianças de 4 e 5 anos, na zona rural os alunos de pré-escolas são matriculados em turmas multisseriadas, ou seja, juntamente com os alunos do ensino fundamental.

A universalização da Educação Infantil, até 2016, é uma exigência que está sendo vivenciada pelo município que vem se preparando de forma a garantir esse atendimento com a construção de duas unidades favorecidas pelo Programa Proinfância, que beneficiará as crianças de 0 a 4 anos, ambas estão sendo construídas em bairros distantes do centro, sendo necessário unir mais esforços para a garantia do atendimento a todas as crianças.

O município conta com as Salas de Recursos Multifuncionais que traz um apoio às crianças com deficiência. Conta também com o apoio de uma Proposta Curricular que atende às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação infantil, pautando as rotinas e práticas pedagógicas.

Ainda tem muito a alcançar, principalmente no que diz respeito à formação continuada, necessitando um incentivo maior aos profissionais, pois o município não tem ofertado uma formação em serviço que atenda a todos, garantindo assim um ensino de qualidade.

Percebe-se que a Educação Infantil no município de Formosa do Rio Preto, como é apresentada na Tabela 06, vem aumentando o número de matrícula na rede particular. A matrícula nas escolas municipais tem diminuído consideravelmente, com exceção em 2013 que na escola rural as matrículas aumentaram. Mas em termos gerais, houve uma queda no atendimento das Escolas Públicas que ofertam esse segmento. Na Rede Particular as matrículas vêm crescendo, vale ressaltar ainda, que existem somente duas escolas particulares e estas abarcam uma quantidade significativa dos alunos.

Tabela 06. Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Formosa do Rio Preto, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2014

Alunos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	495	381	-----	-----	97	-----	
2011	348	261	-----	-----	136	-----	
2012	319	215	-----	-----	170	-----	
2013	300	358	-----	-----	160	-----	
2014	383	225	-----	-----	148	-----	

Fontes: MEC/Inep, para os dados de matrícula, Anuário Estatístico Estadual e Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Alguns fatores podem ser considerados, a escola privada se mostra atrativa aos olhos dos pais, tendo em vista que a estrutura física é melhor, bem como a sua proposta de acelerar o processo de alfabetização das crianças, fato que os teóricos

que estudam a Educação Infantil consideram prejudicial para o desenvolvimento físico, motor e cognitivo das crianças.

Tabela 7. Frequência por ano de nascimento, segundo o Formosa do Rio Preto

Nascidos Vivos – Bahia		
	Período	
	2013	2014
Município Residente	268	220

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2015.

Ao abordar a taxa de natalidade do município de Formosa do Rio Preto nos anos de 2013 e 2014, percebe-se que os nascidos vivos tem diminuído consideravelmente, e alguns fatores podem ser levados em conta para essa diminuição, a saber: acesso a informação e métodos contraceptivos, tendo em vista a saúde pública está cada vez mais próxima da população, as ações de planejamento familiar dentre outros.

Tabela 8. Taxa de escolarização¹ da Educação Infantil do município (2013)

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não matriculados	Taxa (C)%
Creche (0 a 3 anos)	0	0	0	0%
Pré-Escola (4 a 5 anos)	911	824	87	20,5%
Total (0 a 5 anos)	911	824	87	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

¹ A taxa de escolarização refere-se à proporção de pessoas de uma determinada faixa de idade que frequenta a escola, em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária.

A escolarização da Educação Infantil no município está avançando de acordo dados do IBGE e MEC/INEP, crianças em fase de escolarização 90,5% destas estão na escola. A população na faixa etária de 4 a 5 anos é de 911 destes 824 alunos fazem parte da Educação Infantil. Os fatores que podem explicar esse fenômeno são: difícil acesso a pré-escola principalmente na zona rural e até mesmo na zona urbana que contam com somente 3 instituições públicas e 2 particulares, porém estão em construção 2 creches em bairros periféricos. Isso pode ser observado na tabela 09, que demonstra que a concentração dos alunos são na zona urbana.

Tabela 9. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Formosa do Rio Preto-Bahia, por localização (2010)

Localização	População de 0 a 4 anos (A)	Matrícula (B)	Escolarização %
URBANO	1237	524	42,4
RURAL	885	300	

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula.

Se o objetivo é caminhar para a universalização do atendimento da Educação Infantil, ainda se tem muito a construir. Se dirigir a uma estrutura social em que a escolaridade seja considerada uma prioridade na vida das crianças e jovens e estes, por sua vez, sejam olhados pela escola nas suas especificidades e individualidades para que a democratização aconteça.

2.2.1.1.2 Ensino Fundamental

“A esperança é exigência ontológica dos seres humanos. Mas, à medida que mulheres e homens se tornam seres de relações do mundo e com os outros, sua natureza histórica se acha condicionada à possibilidade de concretizar-se ou não.

A esperança na libertação não significa já, a libertação. É preciso lutar por ela, dentro de condições historicamente favoráveis. Se elas não existem, temos que planejar esperançosamente para criá-las. A libertação é possibilidade, não sina, nem destino, nem fado. Nesse contexto, se percebe a importância da decisão, da ruptura, da opção, da ética, afinal (2004, p.30).”

O Ensino Fundamental é um dos níveis da Educação Básica no Brasil, cuja responsabilidade é de garantir o acesso das crianças à ele em escolas públicas.

Essa modalidade de ensino, que está inserida na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é obrigatória e gratuita na escola pública, sendo destinado a crianças e adolescentes entre 06 e 14 anos de idade, tendo como prioridade a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender.

Seus meios básicos são o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O dever do Município com a educação será efetivo mediante a garantia de: parágrafo I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a não tiverem acesso na idade própria; (Lei orgânica, p.30). A Lei Orgânica Municipal, bem como a LDB, preveem a gratuidade do ensino, porém não há previsão para enquadramento para a modalidade integral, como prevê LDB, mas isso se ameniza com a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que oferece no contra turno as mais variadas atividades escolares nos nossos educandos.

Em todas as escolas municipais é ofertada essa modalidade, de acordo dados do Atlas do Brasil, 96,69% das crianças formosenses estão matriculadas, um fator positivo no sentido da universalização do Ensino Fundamental. Ainda pensando, na qualidade da educação o município tem promovido ações para a melhoria do ensino, bem como das práticas pedagógicas. Em 2015, os alunos do Ensino Fundamental Anos Iniciais foram agraciados com o Sistema Aprende Mais Brasil da Editora Positivo, um fato é inédito na nossa região. Esse sistema proporciona formação continuada e avaliação institucional por meio do sistema de avaliação "Habibe".

Nesse sentido, a implantação do Ensino Fundamental de nove anos no município vem oferecendo a inclusão das crianças de seis anos de idade, na zona

rural e urbana, para pessoas com deficiência na classe regular e no Atendimento Educacional Especializado, bem como também às pessoas que não tiveram acesso a escolarização em idade própria, oferecendo a EJA. Essas ações têm duas intenções: oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade.

O município tem ações que estimulam a participação em avaliações externas, de modo que os alunos tenham sucesso, algumas avaliações, a saber: Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, Olimpíada de Português, Prova Brasil, Ana e outras. As atividades extracurriculares estão em torno do Programa Mais Educação que a partir dos eixos escolhidos em cada escola, proporciona dinâmicas diferenciadas. Porém, existem atividades extracurriculares pontuais.

As atividades esportivas no município estão passando por uma reformulação, ampliando o acesso às práticas desportivas utilizando das quadras poliesportivas para a Educação Física, até então as práticas tem sido restritas a aulas teóricas.

No entanto, a política educacional do município de Formosa do Rio Preto – Bahia deve ser ética, contemplando o respeito às relações etnoraciais e cultura afro-brasileira, contextualizando um currículo multicultural, emergindo como uma possibilidade necessária de reconhecimento, valorização e de superação das discriminações, atuando, portanto, sobre um dos mecanismos de exclusão, propiciando assim, a construção de uma sociedade realmente justa.

A Proposta Curricular do município foi construída em 2011, e teve como parâmetros os documentos oficiais como Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Nacionais da Educação.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) merecem atenção especial, tendo em vista que poucas escolas possuem laboratórios de informática e mesmo as que possuem não a utilizam com fins pedagógicos. De modo, que é urgente repensar aspectos como adequação de calendário escolar e condições climáticas de região.

De acordo com o processo de universalização, do acesso ao Ensino Fundamental, observa-se claramente esta prática sendo a rede pública a maior detentora de matrícula de crianças, adolescentes e jovens na faixa etária a ser atendida, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 10. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Formosa do Rio Preto, por dependência administrativa e localização (2012/2014)

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2012	3.166	1.185	1.421	00	560	00	6.332
2013	3.231	1.438	1.076	00	658	00	6.403
2014	4.481		1.155	00	770	00	6.325*

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar – Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 16 abr. 2015

Percebe-se pelos números apresentados na tabela acima, que o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, nos últimos três anos, cresceu notoriamente. Isso demonstra que, as políticas municipais voltadas para incentivar o acesso e permanência dos alunos na escola estão sendo praticadas de forma efetiva.

Tabela 11. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
06 a 14 anos				66,94	93,57	97,32
11 a 14 anos	48,40	17,60	6,99	66,94	93,57	97,32

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 16 abr. 2015

Analisando a tabela acima, nota-se que a taxa de analfabetismo no município vem caindo no decorrer dos anos, apesar de não possuir dados mais recentes, porém observa-se que os níveis de escolarização tem aumentado de acordo o número de matrículas observadas no município.

Em resumo, o grande desafio da escola pública brasileira hoje é assegurar a todos uma educação de qualidade, de modo a oferecer uma instrumentalização científica, técnica, crítica e criativa, para que a escola possa cumprir com a

responsabilidade social que é a formação plena do educando e a construção de uma sociedade mais justa e solidária, conforme determina a Constituição Federal Brasileira (1989) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

A educação dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação na vida estudantil, permeando um futuro promissor.

2.2.1.1.3 Ensino Médio

Formosa do Rio Preto, situado no Oeste da Bahia, tem hoje funcionando regularmente 03 (três) Escolas de Ensino Médio, o Colégio Estadual Isabel Araújo da Silva, o Colégio Estadual Nossa Senhora Aparecida e Unidade Escolar Pró Inovação sendo esta particular, atendam anualmente quase 2000 (dois mil) alunos da Zona Urbana e Rural.

As escolas de Ensino Médio são mantidas pelo Estado, mas a parceria com o Município é preponderante para o funcionamento delas na cessão de funcionários, professores e prédio onde funciona 1 (uma) dessas escolas e na contrapartida de locação de veículos para o Transporte dos alunos da zona rural para a cidade, como também incentivando a inscrição e auxiliando ainda no traslado dos alunos para outros municípios onde as provas do ENEM são realizadas, haja vista que a participação no ENEM tem possibilitado o acesso ao Ensino Superior de grande parte dos egressos do Ensino Médio.

As parcerias com as Áreas de Assistência Social e de Saúde tem sido de grande valia para resgatar a população de 15 a 17 anos que está fora da sala de aula.

Os Projetos Estruturantes desenvolvidos pela Rede Estadual, implementam políticas educacionais dos processos e gestão pedagógica, a diversificação e inovação das práticas curriculares e ações pedagógicas para evitar ou minimizar a evasão e a repetência além de incentivar abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação teoria e prática para atender às singularidades dos tempos e espaços

formativos dos jovens pertencentes ao Ensino Médio. Os projetos acontecem em três fases, a saber: a primeira na escola, a segunda nas sedes dos NREs e a terceira na cidade de Salvador.

O Pro-EMI, também projeto Estruturante, que contempla a integralidade do ensino e apesar das várias adesões das escolas a burocratização tem impossibilitado a efetivação do programa que tem grande relevância para o cumprimento das metas dispostas no Plano Nacional da Educação Brasileira.

A capacitação dos profissionais da Educação é constante através de cursos que auxiliem para as novas tecnologias de informação e comunicação além da aquisição de recursos e equipamentos que combinem a organização do tempo, das atividades didáticas e pedagógicas entre a escola e o ambiente comunitário.

Tabela 12. Matrícula Inicial do Ensino Médio em Formosa do Rio Preto, por dependência administrativa e localização 2011/2013

Anos	Municipal		Estadual		Privada		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	0	0	1313	0	0	0	1313
2012	0	0	1421	0	12	0	1433
2013	0	0	1076	0	21	0	1097

Fonte: Anuário Estatístico da Educação da Bahia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2010>>. Acesso em: 15 abr. 2015 e Diretoria Regional (Direc)

Conforme a tabela abaixo, as Taxas de Aprovação do 1º Ensino Médio no ano de 2011, disponíveis no Portal do MEC, foi de 84,9%, com acréscimo de menos de 2% em 2013.

Referente ao 2º ano do Ensino Médio, em 2013 houve um acréscimo de 1,5% comparado a 2011. E as Taxas de Aprovação do 3º ano do Ensino Médio são maiores, pois em 2013 chegam a 93%.

Tabela 13. Taxas de rendimento do Ensino Médio – Rede Municipal/Rede Estadual

Fase / Nível		Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1º ano do EM	2011	84,9%	0	4,5%	0	10,6%	0
	2012	76,4%	0	3,4%	0	20,2%	0
	2013	86,7%	0	6,1%	0	7,2%	0
2º ano do EM	2011	86,9%	0	2,4%	0	10,7%	0
	2012	83,1%	0	2,4%	0	14,5%	0
	2013	88,4%	0	3,6%	0	8,0%	0
3º ano do EM	2011	90,8%	0	1,4%	0	7,8%	0
	2012	88,0%	0	2,0%	0	10,0%	0
	2013	93,0%	0	3,0%	0	4,0%	0

Fonte: Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

Quanto a Reprovação, a tabela acima demonstra que a maior Taxa é do 1º ano do Ensino Médio no ano de 2011, com 6,1% e equivalente ao abandono a maior taxa está em 2012, também na mesma série.

A Tabela 14, a seguir, mostra o desempenho dos alunos no ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio no ano de 2009. Conforme a mesma, a Rede Municipal teve taxa mais significativa que a Rede Estadual no ano de abordagem tanto na prova objetiva quanto na produção textual, Redação.

Tabela 14. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem, 2009)

Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Federal	2009	-----	
Rede Estadual	2009	456,72	556,62
Rede Municipal	2009	466,33	575,87

Fonte: Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

Este resultado comprova que os alunos da Rede Pública Municipal estavam neste momento mais bem preparados para tal avaliação, fator que é reflexo da realidade social, pois a maior parte dos alunos da Rede Estadual mora na zona rural, sem acesso à internet e redes sociais que tem a função de informar sobre a realidade mundial.

2.4 Educação Superior

2.4.1 Ensino Superior

Em meio a muitos problemas enfrentados pela sociedade brasileira, pode-se citar o alto índice de desemprego, principalmente entre os jovens, a baixa escolaridade média da população e a desigualdade excludente. Os problemas não são isolados, mas relacionam entre si, e, segundo experiências exitosas de diversos países, é a Educação o fator determinante para os demais fatores sociais. Nesse sentido, a Educação Superior se constitui como um fator determinante para o posicionamento da região ou localidade na geração de riquezas, através da

construção do conhecimento científico e tecnológico, objetivando a colaboração com a proposição de possíveis soluções.

A LDBEN 9394/96, no seu Artigo 43º, afirma que a Educação Superior tem por finalidade formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua. Além disso, a mesma lei, no seu Artigo 45º, estabelece como devem ser organizadas as instituições para provimento das aulas, afirmando que devem ocorrer em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

De acordo com dados do Censo de 2010, no Brasil há 2.377 (duas mil, trezentos e setenta e sete) instituições de ensino superior (IES). Desse total, 85% são faculdades, 8% são universidades, 5,3% centros tecnológicos e 1,6% são institutos tecnológicos. Quanto à natureza jurídica, temos os seguintes dados: 2.099 (duas mil e noventa e nove) são instituições privadas, 71 (setenta e uma) municipais, 108 (cento e oito) estaduais e 99 (noventa e nove) públicas federais.

De acordo com a classificação adotada pelo Ministério da Educação, as Instituições de Ensino Superior podem ser:

- Universidades cujas atividades-fim são o ensino, a pesquisa e a extensão em todas as áreas do conhecimento humano.
- Centros universitários que oferecem todas as áreas do conhecimento humano, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas.
- Institutos que são instituições de ensino e pesquisa que não cobrem todas as áreas do conhecimento humano.
- Faculdades Integradas que apresentam propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas.
- Faculdades que são instituições de ensino que não cobrem todas as áreas do conhecimento humano e não são obrigadas a desenvolver pesquisas.

- Escolas que oferecem um ou mais Cursos de Graduação em uma área específica, não precisando fazer pesquisa.

No oeste do estado da Bahia, são instituições de ensino superior: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB), Instituto de Educação Superior (UNYAHNA), Universidade Salvador (UNIFACS), Universidade Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Faculdade do Sertão (UESSBA), Centro Universitário Internacional (UNINTER) e Faculdade João Calvino.

As Instituições de Ensino Superior localizadas na cidade de Formosa do Rio Preto são a UNOPAR (Universidade do Norte do Paraná) e UESSBA (Faculdade do Sertão), todas credenciadas pelo MEC e contendo os seguintes números de alunos e cursos.

Os onze cursos de graduação oferecidos pela UNOPAR, com 256 acadêmicos, são ministrados no modelo semipresencial, com vídeo-aulas via internet e provas presenciais. A instituição dispõe dos cursos de: Administração, Ciências Contábeis, Letras – Habilitação: Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas, Pedagogia, Serviço Social, Superior de Tecnologia em Gestão ambiental, Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Superior de Tecnologia em Gestão Financeira, Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho e Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Além dos cursos de graduação, a UNOPAR oferta cursos de especialização a um total de dez alunos em: Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesas de Direitos, Saúde Pública e MBA em Empreendedorismo Para Micro e Pequenas Empresas e Gestão Estratégica.

Os dois cursos ofertados pela UESSBA são Administração e Pedagogia, com total de 62 acadêmicos. Todos eles são oferecidos na modalidade semipresencial, com aulas e provas presenciais.

Além das duas instituições de ensino superior presentes em nossa cidade existem ainda o Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP). Esse centro oferta ensino técnico nas áreas de Agroecologia e Agropecuária, contemplando um total de cento e cinquenta e cinco alunos.

Percebe-se, pela análise das tabelas e informações obtidas que as Instituições de Ensino Superior presentes são de caráter privado, se constando assim a inexistência da oferta de ensino superior público em nossa cidade. Apesar disso, o município oferece parceria com a Faculdade do Cerrado Piauiense, localizada na cidade de Corrente, estado do Piauí, distante setenta e oito quilômetros de Formosa do Rio Preto. Essa parceria oferece transporte e bolsa de estudo parcial a quarenta e sete alunos, em diversos cursos.

No entanto, o número de alunos matriculados na Educação Superior ainda é bastante pequeno, quando confrontado com o número de alunos que estão terminando o Ensino Médio. No ano de 2015, encontram-se matriculados no terceiro ano do Ensino Médio no nosso município um total de trezentos e quarenta e nove alunos, segundo dados da Secretaria Estadual de Educação. Isso mostra, que a falta de instituições públicas é o grande responsável pela baixa quantidade de estudantes na Educação Superior, fazendo-se necessário o (re) pensar das administrações públicas a esse respeito.

Esta realidade indica que, paralelo à necessidade de expansão da Educação Superior no município, uma série de dimensões precisam ser contempladas também no interior das administrações públicas, visto que novas exigências começam a delinear-se para os alunos que necessitam ingressar nesta modalidade de ensino e, principalmente, para a expressiva parcela populacional que ainda não conseguiu adentrá-la, a fim de garantir condições de acesso, permanência e empregabilidade.

Contudo, a necessidade de se atentar para essas características incide sobre a importância de fortalecer o papel das Instituições de Ensino Superior no município de Formosa do Rio Preto no que diz respeito às suas contribuições científicas e, sobretudo, ao cunho social que suas atividades devem amplamente alcançar, além de formação de profissionais tecnicamente competentes e eticamente comprometidos com a preservação da natureza e com o bem estar social.

2.3 MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS

“O gênio é um por cento de inspiração e noventa e nove por cento de transpiração.” Thomas A. Edison

2.3.1 Educação Especial

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que, em torno de 10% da população dos países em desenvolvimento, tem deficiências. No entanto, no Brasil, o Censo Demográfico 2000 (IBGE), aponta para 14,5% da população brasileira com deficiência ou mobilidade reduzida, cerca de 24,5 milhões de pessoas para uma população total de 177 milhões. Quanto ao Município de Formosa do Rio Preto-Bahia, com uma população estimada de 25.074 habitantes (Censo 2014), obteve-se 4.481 matrículas na rede de ensino, onde destes, 86 são alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas de escolaridade. No município de Formosa do Rio Preto realiza-se a Educação Especial na perspectiva Inclusiva, ofertando o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais para os alunos das redes municipal, estadual e privada.

Atualmente, a Educação Especial é oferecida em Formosa do Rio Preto no espaço de cinco Salas de Recursos Multifuncionais, todas na Zona Urbana. Para a atuação docente nestes ambientes os profissionais buscam a sua formação com recursos próprios, pois o município não disponibiliza qualificação apropriada para os mesmos, sendo esta uma ação necessária que impede a expansão do serviço para toda a clientela. Nestes espaços são disponibilizados os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta-se os alunos, a família e seus professores quanto às informações necessárias para a promoção de sua autonomia.

A Secretaria Municipal de Educação de Formosa do Rio Preto-BA conta com a Coordenação de Educação Especial e Inclusiva. Esta tem como responsabilidade receber os alunos identificados pela escola ou diretamente pela família e encaminhar às Salas de Recursos Multifuncionais mais próximas de sua casa,

acompanhando seu desenvolvimento educacional e eliminando as barreiras que distanciam o aluno com deficiência e a aprendizagem.

Porém, estas obrigatoriedades são parcialmente impedidas, pois o departamento não conta com a Equipe Multidisciplinar necessária para tal. Assim, as atividades são limitadas ao acompanhamento pedagógico e psicopedagógico, enquanto deveria ter uma dimensão maior, tendo o suporte mínimo em triagens com fonoaudiólogo, psicólogo e fisioterapeuta.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001, em seu artigo 2º orientam que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

As pessoas com necessidades educativas especiais têm assegurado pela Constituição Federal de 1988, o direito à educação (escolarização) realizada em classes comuns e ao Atendimento Educacional Especializado complementar ou suplementar à escolarização, devendo ser realizado preferencialmente na escola onde estejam matriculados ou em outra escola com Sala de Recursos Multifuncionais, porém dos 86 alunos com deficiência matriculados na rede de ensino somente 58 frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais. A dificuldade de locomoção, a falta de informação e o não interesse da família são os agravantes para estes dados.

A Educação Inclusiva é o processo em que trata da reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a protagonização social de todos num universo de igualdades e oportunidades. Essa ação, numa perspectiva educacional, diz respeito à capacidade das escolas de atender a todas as crianças, sem qualquer tipo de exclusão. Sendo assim, inclusão significa criar e disponibilizar escolas que acolham a todos os

alunos, independente de suas condições pessoais, físicas, cognitivas, étnicas, sociais ou culturais.

O AEE é um serviço da Educação Especial, de caráter complementar/suplementar, voltado para a formação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, considerando as suas necessidades específicas de forma a promover acesso, participação e interação nas atividades escolares garantindo o direito de todas as crianças, jovens e adultos à educação escolar comum. Este é realizado no turno inverso ao da sala de aula regular especificamente nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Há cinco anos o município de Formosa do Rio Preto disponibiliza as Salas de Recursos Multifuncionais, com ascensão visível de alunos matriculados na rede de ensino. Em 2012 eram 69 alunos matriculados, entre as escolas municipais, estaduais e privadas, em 2014 foram 86, conforme dados verificados na tabela abaixo.

Analisa-se, a partir da Tabela 15, exposta abaixo, que foram matriculados no ano de 2014, 16 alunos com Deficiência Visual, desde alunos com Baixa Visão à cegueira.

45 matrículas de alunos com Deficiência Mental, onde o funcionamento intelectual é inferiorizado à média, conforme Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999.

Também relatou-se que 13 alunos com Deficiência Física forma matriculados, sendo alterações completas ou parciais de um ou mais segmentos do corpo que acarretam o comprometimento das funções físicas.

07 com Deficiência Auditiva, sendo quatro com perdas totais da audição e três com perdas parciais.

03 com Deficiências Múltiplas, associando duas ou mais deficiências; 01 com Transtornos Globais do Desenvolvimento; 01 com Altas Habilidades/Superdotação.

Tabela 15. Matrículas da Educação Especial no Município de Formosa do Rio Preto-BA em 2014

	Etapas da Educação Básica				Total
	Ed. Infantil	Séries Iniciais do E. F.	Séries Finais do E. F.	Ens. Médio	
Deficiência visual	01	05	10	00	16
Deficiência mental	03	28	13	01	45
Deficiência física	00	06	07	00	13
Deficiência auditiva	01	05	01	00	07
Deficiências múltiplas	00	03	00	00	03
Altas habilidades/superdotação	00	01	00	00	01
Transtornos globais do desenvolvimento	00	01	00	00	01
TOTAL	05	49	31	01	86

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

É importante salientar que o ano letivo de 2014 encerrou com 58 matrículas nas Salas de Recursos Multifuncionais. Destes alunos, 06 não frequentam a escola regular. Além disso, outros 61 indivíduos passaram por avaliações psicopedagógicas, mas não chegaram a frequentar nem a escolar regular e nem o AEE, conforme dados cedidos pela Secretaria Municipal de Educação/Coordenação de Educação Especial e Inclusiva.

O Decreto nº 5296/2004 garante ao estudante com deficiência auditiva, o direito à acessibilidade nas comunicações e informações, devendo ser eliminado qualquer obstáculo à expressão, comunicação e informação por meio da disponibilização de recursos de Tecnologia Assistiva, bem como o direito assegurado pelo Decreto Nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005, que atribui a

obrigatoriedade do profissional licenciado em Libras. Mas, ainda verifica-se a necessidade de profissionais com tais formação supracitadas, já que o município não disponibiliza, no momento, de nem um profissional habilitado, suprimindo um direito do aluno surdo.

Os setores de saúde, assistência social e educação não possuem a conexão necessária para articular as ações de atendimento ao aluno com deficiência, o que dificulta e limita o processo de desenvolvimento do mesmo permitindo evasões e não matrículas escolares.

Ao que se refere ao transporte adaptado, o município conta com uma frota de apenas três ônibus, número inferior ao necessário para a demanda. Estes fazem rota urbana e rural, mas não há disponibilidade suficiente de transporte para a locomoção dos alunos que moram na Zona Rural estudarem nas Salas de Recursos Multifuncionais e ainda os motoristas não estão devidamente qualificados para a demanda existente.

Visando os aspectos pedagógicos as escolas da rede de ensino não possuem uma política educacional apropriada para a valorização da diversidade, tendo em vista técnicas, planejamento, propostas, métodos, currículo e avaliação que contemplem as especificidades do alunado, mesmo com a oferta do Atendimento Educacional Especializado, pois os alunos estão inseridos e não incluídos. Por outro lado as Salas de Recursos Multifuncionais não tem a conexão direta com a escola regular, o que dificulta a parceria e o sucesso na aprendizagem.

Há ainda uma defasagem quanto ao acompanhamento e monitoramento do público alvo de Educação Especial para a escola regular, onde é manifestado o negligenciamento das famílias, da escola e da sociedade. Sendo assim, não há eficiência total nos serviços prestados.

Tecnologia Assistiva é toda a gama equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas encontrados pelos indivíduos com deficiências, tais recursos devem estar disponíveis nos ambientes escolares contemplando a diversidade de necessidades de cada aluno na sua especificidade. Porém, tal oferta não é disponibilizada com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem.

Sabe-se da política de inclusão, das buscas por direitos de igualdade, do

ideal em linearidade de oportunidades, mas ainda há muitos passos a serem trilhados. O município, nesta ótica, não está parado, mas anda a pequenos passos. É necessário inovação, mudanças, implantação de novas ideias, insistência em aplicações de recursos, investimento em formação continuada para os profissionais e acima de tudo estímulo a estas pessoas para serem protagonistas de sua própria história.

2.3.2 Política da Alfabetização

Ainda é comum se deparar com alunos que terminam o Ensino Fundamental sem estarem plenamente alfabetizados, identificar esse fato incentiva à reflexão sobre o problema. Visto que a educação brasileira, nesta última década, passou por transformações intensas, relativas, sobretudo, ao ingresso das crianças na Educação Básica.

A Lei nº 11.274/2006, institui o Ensino Fundamental de nove anos com a inclusão das crianças de seis anos de idade. A entrada aos seis anos no Ensino Fundamental desafiou os sistemas de ensino a definir mais claramente o que se espera da escola nos anos iniciais de escolarização. Ressalte-se que o ingresso dessas crianças no Ensino Fundamental não pode constituir uma medida meramente administrativa. É preciso atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem delas, o que implica conhecimento e respeito às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas.

Um acordo formal, um pacto assumido pelo Governo Federal, Estados, Municípios e Universidades para firmar o compromisso de alfabetizar crianças até, no máximo, 8 anos de idade, uma participação articulada, dispostos a mobilizar o melhor dos seus esforços e recursos, valorizando e apoiando professores e escolas, proporcionando materiais didáticos de alta qualidade para todas as crianças e implementando sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento.

Este tem o objetivo de garantir que as crianças cheguem ao final do ciclo de alfabetização, no terceiro ano, ou seja, aos oito anos de idade alfabetizada, deixou de ser apenas um ideal, vai muito mais além. Com a Portaria nº 867, de 4 de julho

de 2012, o MEC institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), destaque para o artigo 1º:

“ Art. 1º Fica instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, pelo qual o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação reafirmam e ampliam o compromisso previsto no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados por exame periódico específico, que passa a abranger: I - a alfabetização em língua portuguesa e em matemática; II - a realização de avaliações anuais universais, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, para os concluintes do 3º ano do ensino fundamental; III - o apoio gerencial dos estados, aos municípios que tenham aderido às ações do Pacto, para sua efetiva implementação.” (p.17).

As ações do Pacto nos municípios contribuem para a delimitação conjunta das aprendizagens a serem consolidadas em cada ano, por meio dos estudos e dos direitos de aprendizagem, proporcionando o planejamento de ações que possibilitem que tais aprendizagens sejam alcançadas pelas crianças.

A contribuição desse pacto se intensificou no município a partir de 2011, com a adesão do Pacto Estadual, passando a refletir sobre o ciclo de alfabetização, nas suas necessidades e especificidades. Um tempo de 600 dias letivos interruptos, destinados à inclusão da criança na cultura escolar, é um período necessário para que seja assegurado a cada criança o direito às aprendizagens básicas da apropriação da leitura e da escrita, ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos orais em situações familiares e não familiares e à ampliação do universo de referências culturais dos alunos nas diferentes áreas do conhecimento.

Por meio das formações periódicas, os professores alfabetizadores e as equipes escolares podem apropriar-se de como que as crianças cheguem ao letramento e alfabetização, ainda está no processo formativo, buscando que os resultados de aprendizagem avance isso acontece em um período longo de tempo, sendo que ainda temos um longo percurso a trilhar.

Diante da legalidade, embasados e instruídos pela legislação, os municípios possuem uma árdua tarefa elaborar um Plano Municipal que atenda os dispositivos legais e esteja atento para a qualidade de forma a atender a todos.

A instituição escolar é um espaço plural e, nesse sentido, a diversidade tem que ser considerada como parte da sua essência e não como algo que justifique a exclusão do aluno.

A própria organização do espaço escolar apresenta características específicas que também necessitem ser consideradas. Em algumas instituições rurais, por exemplo, oferta-se com salas multisseriadas. Nesses espaços, além de os professores terem contato com a heterogeneidade própria de cada criança, o tempo de escolaridade também é um fator que deve ser considerado.

Outras especificidades também podem ser consideradas, como, por exemplo, as práticas culturais mais comuns em algumas regiões que em outras, os patrimônios históricos, os espaços disponíveis de circulação para as crianças, dentre outros.

Nessa perspectiva, o município se encontra com muitas dificuldades, pois tem 5 escolas de Ensino Fundamental I e 44 escolas na zona rural, sendo que no campo a maioria são turmas multisseriadas e algumas escolas com grande distância da sede.

Atender a todos nas suas especificidades ainda é um grande desafio, pois o processo de alfabetização por si só abrange várias interfaces, isso leva a refletir ainda sobre a inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais sendo que o processo de inclusão ainda caminha com lentidão, a formação para professores específica para essa área ainda é escassa.

A avaliação precisa ocupar um lugar central no cotidiano das escolas. Isso porque é através dela que consegue analisar diferentes aspectos educacionais, em diversos âmbitos: currículo, planejamento, ensino e aprendizagem.

Diante disso, uma ação diagnóstica consistente em uma atividade para que o professor possa conhecer melhor os estudantes e reorganizar seu planejamento em função de suas necessidades. Essa atividade de diagnóstico permite ao professor compreender o momento da aprendizagem do aluno, no início do processo avaliativo, que deve ser orientada pelos objetivos de aprendizagem previamente

definidos, em função dos conhecimentos e habilidades que precisam ser construídos.

Para tal, é preciso saber quais são os conhecimentos e habilidades a serem ensinados e conhecer estratégias variadas de avaliação. No município as ações diagnósticas são realizadas no ciclo de alfabetização por meio de instrumentos internos, em que os professores avaliam a escrita e leitura dos estudantes, fazendo uso de fichas para registro dos níveis de escrita por meio de ditados, escrita de palavras, leitura de textos, entre outros.

A Secretaria de Educação de Formosa do Rio Preto-BA utiliza um instrumento avaliativo bastante conhecido, como a Provinha Brasil, que é aplicada em turmas do ano 2º ano do Ensino Fundamental (onde se propõe diagnosticar o nível de conhecimento da leitura e da apropriação do sistema de escrita).

Estes resultados são postados no sistema Avalie Alfa, instrumento do governo do Estado, que proporciona ao município visualizar e obter dados sobre o que os alunos aprenderam no início do processo de alfabetização; identificar as habilidades que os alunos têm dificuldades para desenvolver ações pedagógicas mais direcionadas ao desenvolvimento das aprendizagens; estabelecer metas para fortalecer o ensino e a aprendizagem durante o processo de alfabetização; obter um diagnóstico do quanto os estudantes aprenderam, após um ano de estudo, para adoção de medidas que garantam um melhor aprendizado.

A ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) pretende fazer um diagnóstico amplo do processo de alfabetização, pois compreende-se que é necessário ir além de testar a aquisição de saberes pelas crianças nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática ao longo do Ciclo de Alfabetização. Esse ano de 2015 tem-se intensificado os trabalhos voltados a avaliação, para apoiar a construção de instrumentos internos e monitoramento, foi instituído uma equipe especialista nas áreas de Língua portuguesa e Matemática, para o trabalho de construção de itens, juntamente com os professores alfabetizadores, onde é permitido fazer análises e intervenções periodicamente.

O município ainda enfrenta barreiras para a continuidade dos trabalhos, a rotatividade de professores, a não continuidade no ciclo de alfabetização dos professores que receberam as formações, torna-se um grande problema. A não

participação dos gestores escolares nas formações é outro problema, pois as ações quando chegam às escolas acabam estacionadas.

A organização dos espaços, tempos pedagógicos, gestão e planejamento de materiais de estudo, enturmações/agrupamentos das turmas, e ações de articulação com as famílias, para integrá-las à vida escolar, contribuem com as condições que garantam a frequência regular das crianças e acompanhamento de suas atividades escolares.

Atualmente estão sendo realizado uma integração por meio de atividades de leitura, do Ensino Fundamental I com a Pré-escola, por meio do Projeto de Leitura os alunos que já dominam SEA- Sistema de Escrita Alfabética, são agendados para irem a escola de Educação Infantil fazerem leituras dos acervos de Literatura Infantil.

Ainda se tem muito a fazer, é importante ressaltar que a área de tecnologias também precisa de mudanças, pois ainda não se utiliza nas propostas pedagógicas das instituições, sendo um grande desafio para realidade do município.

A formação continuada de professores alfabetizadores tem acontecido apenas no âmbito do Pacto Nacional Pela Alfabetização na idade certa, onde a equipe da Secretaria Municipal de Educação faz orientações e estudos com ações pontuais e específicas, mas ainda é insuficiente para a garantia de alcançar todos os professores, principalmente os da zona rural, que trabalham com as classes multisseriadas. A necessidade de uma política de alfabetização voltada para os alunos do campo, ainda é ineficaz por conta do monitoramento, das ações nos espaços escolares.

Como diz Emília Ferreiro, um dos maiores danos que se pode causar a uma criança é levá-la a perder a confiança na sua própria capacidade de pensar, sendo assim vemos que a escrita da criança não resulta de simples cópia de um modelo externo, mas sim um processo de construção pessoal.

O município ainda tem muito a fazer, mas certamente está no caminho certo, se impulsionando a alçar voos mais altos.

2.3.3 Educação em Tempo Integral

A Constituição Federal (1988), no Artigo 227º, dá o conceito de oferta de educação, quando afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, entres outros, o direito à educação. Esse direito deve ser oferecido em todo nosso território nacional, com qualidade e obedecendo a legislação educacional vigente.

Com o objetivo de ampliar e melhorar a qualidade da educação em nosso país e se norteando pelo Artigo 34º. §2º da LDBEN 9694/96, quando afirma que o Ensino Fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino, o Governo Federal sinaliza a necessidade de ampliar a carga horária nas escolas públicas, denominando Educação em Tempo Integral.

A Educação em Tempo Integral tem sido um ideal presente na nossa legislação educacional e nos pensamentos dos nossos mais brilhantes educadores, tem-se em Anísio Teixeira a maior representação disso. Iniciativas diversas e em diferentes momentos da vida pública do nosso país, levaram para perto das escolas, implantando propostas e modelos, mas ainda de formas pontuais e pouco desafiadoras ou eficazes.

O Governo Federal, através dos Ministérios da Educação, Esporte, Cultura e Desenvolvimento Social, então resolve lançar um projeto desafiador e com abrangência para todo território nacional. Esse projeto regulamentado pela Portaria Interministerial nº17/2007 e Decreto 7.083/2010, cria o Programa Mais Educação e constitui-se como uma estratégia do Ministério da Educação para a indução da agenda de Educação Integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada nas escolas públicas. Vale ressaltar que a Educação em tempo integral não é o mesmo que ensino na escola em tempo integral. O Programa Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC), considera o primeiro conceito como "a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais" (§ 1º, Artigo 1º, Decreto 7083/2010).

Essa preocupação do Governo Federal em fazer com que Estados e Municípios ofereçam Educação em Tempo Integral, tem sua justificativa em pesquisas realizadas pelo Instituto Anísio Teixeira, que em 2006 identificou, através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sistemas de ensino com índices que variavam de 1,8 a 6,0 e escolas que variavam de 0,7 a 8,5. Essa discrepância, segundo o estudo, revela profundas desigualdades nas condições de acesso, permanência e aprendizagem na educação escolar, refletindo a complexidade de um processo em que se entrelaçam diversos fatores relativos tanto à estrutura social, política e econômica da sociedade brasileira, quanto ao trabalho pedagógico realizado no cotidiano por professores e demais profissionais nas escolas públicas.

Com as novas exigências a respeito da extensão da carga horária nas escolas públicas, municípios e estados tiveram que criar alternativas para oferecer Educação em Tempo Integral. Em Formosa do Rio Preto, no ano de 2011, a prefeitura municipal, através da Secretaria Municipal de Educação fez adesão ao Programa Mais Educação, oferecendo-o primeiramente em cinco escolas da zona urbana do município. Tais escolas foram escolhidas obedecendo aos critérios de quantidade de alunos e vulnerabilidade social. Os custos com professores, merenda escolar, material didático e transporte escolar foram de responsabilidade exclusiva do município, isso devido à falta de repasse financeiro do Ministério da Educação, situação que só se normalizou a partir do ano de 2012.

No decorrer dos anos, a oferta do Programa foi estendida para mais cinco escolas, contemplando unidades escolares da zona urbana e zona rural, atendendo a um maior número de alunos, como pode ser percebido na Tabela 16.

Analisando a tabela abaixo, percebe-se o aumento no número de matrículas e adesão de algumas escolas da zona rural do município ao regime de Escola em Tempo Integral. No entanto, ao se verificar o número de escolas existentes no Município de Formosa do Rio Preto, nota-se que ainda existem muitas que não se mobilizaram para tal oferta. Isso pode ser decorrente de diversos fatores, tais como número reduzido de alunos, distância da sede do município, falta de repasse financeiro, entre outros.

Tabela 16. Número de alunos atendidos em Educação em Tempo Integral

Anos	Municipal		Total
	Urbana	Rural	
2011	828	00	828
2012	820	00	820
2013	885	152	1.037
2014	1.000	150	1.150

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Execução e Controle. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

Cabe ainda ressaltar, que a oferta de carga horária ampliada, o que caracteriza a Educação em Tempo Integral, não contempla os alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

Para tornar as aulas mais atrativas para os alunos, diminuindo assim a evasão, as escolas que passaram a ofertar Educação em Tempo Integral utilizaram o esporte e cultura como fontes norteadoras. Através dos programas a saber: Esporte na Escola, Programa Saúde na Escola e Acompanhamento Pedagógico, pretende-se fortalecer o acesso às manifestações artísticas-culturais e de saúde pública.

Assim, as escolas desenvolvem projetos de intervenção, utilizando torneios de futsal, danças, palestras e apresentações teatrais para promover a integração entre a unidade escolar e a comunidade de uma forma geral.

Portanto, existe ainda um grande desafio no sentido de implantar a Educação em Tempo Integral em nossa cidade, visto que muitas unidades de ensino necessitam da extensão da carga horária, ou até mesmo a efetivação dessa carga horária, para que isso acarrete no desenvolvimento de uma educação de qualidade.

2.3.4 Qualidade da Educação Básica

A Educação Básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e tem duração ideal de dezoito anos contando com a educação infantil. Como cita o Art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96: "A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores".

Desde meados dos anos 90, o Saeb foi implantado e tem-se consolidado no campo das políticas públicas com o "principal objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a educação básica" (BRASIL, 2002, p. 9). De outro lado, este desempenho é dimensão de qualidade a ser ativada pela formação profissional e por mecanismos de avaliação e incentivo por mérito, aspectos sendo estimulados e implantados na nova versão do SAEB - a Prova Brasil. Atualmente, esse sistema, além do exame por amostragem (Saeb), conta ainda com a Prova Brasil introduzido em 2005, para avaliar o desempenho em Língua Portuguesa e em Matemática em cada unidade escolar, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, criado em 2007, para monitorar o andamento das políticas públicas pela análise combinada do desempenho dos alunos nos exames Prova Brasil e Saeb e das taxas de aprovação de cada escola.

A Avaliação Nacional da Alfabetização está direcionada para unidades escolares e estudantes matriculados no 3º ano do fundamental, fase final do Ciclo de alfabetização, e insere-se no contexto de atenção voltada à alfabetização prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

No Município de Formosa do Rio Preto, as séries que apresentam maiores índices de reprovação são: 3º ano no Ensino Fundamental I e o 9º ano Ensino Fundamental II. Devido à evasão escolar, a repetência e, num sentido mais amplo, a aprovação sem a aquisição do conhecimento científico historicamente acumulado, este tem sido um desafio a ser enfrentado pela educação formal do nosso Município, nas disciplinas críticas de Língua Portuguesa e Matemática.

Na perspectiva de traçar metas para o melhor desempenho dos/das estudantes, o município de Formosa do Rio Preto, em 2011 fez adesão ao Programa Mais Educação, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Nesse sentido, este ano foi implantado o Sistema Aprende Brasil-Positivo na zona urbana e rural.

Foi elaborada no ano de 2011, a Proposta Curricular Municipal, onde apresenta os princípios norteadores para uma escola capaz de promover as competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo. No sentido, de combater a violência no âmbito escolar, às instituições de ensino devem reavaliar suas práticas à luz de referenciais teóricos que possam reconstruir o olhar sobre os grupos sociais e sobre suas identidades, diversamente constituídas, pois a educação tem papel primordial de estimular a equidade social, exercendo sua função sociopedagógica. No que se refere o Plano Nacional do Livro e da Leitura, algumas escolas elaboram Projetos de Leituras no intuito de formar leitores, em preparação para o mundo de trabalho. Já a capacitação acontece de forma falha, uma vez no início do ano letivo e é destinada apenas para os professores.

Houve uma formação por parte do Estado, sem continuidade dificultando assim, o desenvolvimento da aprendizagem.

Com relação ao transporte escolar, uma parte da frota é oferecida pelos ônibus do Caminho da Escola-Governo Federal, não atendendo a demanda. A outra parte é contratação de serviço terceirizado por meio de licitação, onde nem todos têm os veículos com padrão de qualidade exigida pelo MEC.

O Município não faz transferência de recursos financeira direta á escola, oferece apenas o apoio técnico dos recursos federais. Por ser um dos maiores Municípios em extensão territorial do Estado da Bahia, torna-se difícil o fornecimento de energia elétrica para todas as localidades onde há escolas, por isso algumas possuem o sistema de placa solar, e o abastecimento da água na zona rural é feito sem o devido tratamento. Quanto á acessibilidade á pessoa com deficiência, acesso ás bibliotecas e espaço para práticas de esportes ainda há uma carência nas escolas do Município. Estão em fase de construção sete quadras esportivas, que

não representa um número suficiente para atender a demanda. Urge a necessidade de construir e equipar espaços destinados á arte, cultura e laboratórios.

Se compararmos os resultados do município de Formosa do Rio Preto com a realidade nacional observa-se o esforço conjunto que as redes devem assumir para elevação gradativa da qualidade da educação formosense. Uma análise das metas em relação ao IDEB atingido demonstra que Formosa do Rio Preto, na totalidade de suas redes, e sem muito sucesso, tem tentado chegar aos patamares estabelecidos pelo MEC, como demonstram as tabelas a e o quadro a seguir:

Tabela 19. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental 2005/2013

Âmbito de Ensino		Anos Iniciais do Ensino Fundamental					Anos Finais do Ensino Fundamental						
		IDEB Observado					Metas	IDEB Observado					Metas
		2005	2007	2009	2011	2013		2021	2005	2007	2009	2011	
Brasil	Total	3,8	4,2	4,6	-	-	6,0	3,5	3,8	4,0	-	-	5,5
	Rede Estadual	3,9	4,3	4,9	-	-	6,1	3,3	3,5	3,8	-	-	5,3
	Rede Estadual Formosa do Rio Preto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rede Municipal Formosa do Rio Preto	2,7	3,1	3,4	-	-	5,7	3,1	3,4	3,6	-	-	5,1

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

Para acompanhar e diagnosticar o desempenho dos alunos, o Ministério da Educação, através do INEP, aplica a Prova Brasil no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e avalia o nível de aprendizagem dos mesmos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, utilizando uma escala que varia com as competências e habilidades em cada disciplina avaliadas.

No intuito de analisar em que nível se encontra o desempenho dos estudantes na Prova Brasil é levando em conta da meta nacional de proporção dos alunos que devem aprender adequadamente, referente às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, a qual deve atingir o índice de 70% em 2022.

Quando comparamos o desempenho das escolas do município de Formosa do Rio Preto, na Prova Brasil (2013), nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, em relação às metas exigidas pelo nacionalmente, observa-se que nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática o município ainda se encontram muito distante em acompanha-las.

Observando-se bem o quadro acima é notório que o município carece ainda de muito empenho para melhorar o desempenho dos alunos na aprendizagem da Língua Portuguesa e na resolução de problemas matemáticos. Porém, o que mais nos prende á atenção é o baixíssimo índice alcançado na disciplina de Matemática no 9º ano do Ensino Fundamental, apenas 3 (três) dos 304 (trezentos e quatro) alunos tiveram aprendizagem adequada para o nível de ensino cursado. Esse é mais um indício que reforça a necessidade de implementar políticas que busquem melhorar a qualidade da educação pública nas escolas da rede pública do município.

Em relação aos resultados e cumprimento das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), nota-se nas tabelas acima (Tabelas 1 e 2) que o município de Formosa do Rio Preto conseguiu de forma satisfatória cumprir as metas exigidas nacionalmente pelo MEC nas avaliações conferidas nos biênios de 2007,2009 e 2011, havendo um inesperado decréscimo/diminuição do mesmo nos números observados em 2013 em comparação aos resultados alcançados em 2011.

Observando os resultados alcançados e as metas estabelecidas do IDEB nos biênios de 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013 é imprescindível destacar algumas ponderações concerne aos mesmos:

- O município o IDEB teve o maior avanço (0,8) no índice observado entre os biênios de 2009 e 2011 no 5º ano;
- O IDEB observado no ano de 2013 com relação ao ano de 2011, tanta no 5º ano como no 9º ano, teve uma diminuição de 0,6, o que acende um sinal vermelho na continuidade dos cumprimentos das metas

estabelecidas, passando o município de uma condição de cumprimento acima da meta pra a de abaixo da mesma.

Mesmo com todo esforço em melhorar a qualidade da educação no município por meio da busca por parcerias nem sempre os pais/comunidade se engajam num projeto coletivo de melhoria do ensino. Não acontecem fóruns de discussões dos resultados do IDEB no município para enfrentamento dos problemas e dificuldades e planejamento das ações, falta acompanhamento dos gestores educacionais no monitoramento desses resultados nas escolas para que possam ser trabalhadas as desvantagens e adquiridos os resultados e metas.

O município conta com 66 escolas nas zonas urbana e rural todas avaliadas pelo IDEB, porém, sem acompanhamento e monitoramento dos resultados. No Capítulo IV sobre o Plano de Ações Articuladas (PAR) é o requisito exigido para o da assistência técnica aos entes participantes do compromisso. Quanto ao cumprimento das metas do PAR é feito em parte, requerendo mais atenção para as ações de grande relevância na construção da qualidade do ensino. Por tal, faz-se necessário, divulgação dos resultados dos indicadores.

É necessária maior atenção à qualidade das interações intraescolares, à construção de compromisso coletivo na escola para com os estudantes e a aprendizagem. Para que alcance as metas estipuladas pelo IDEB, o município precisa promover processo de discussão e acompanhamento frente aos resultados apontados pelas avaliações sistemáticas dos ensinos Médio e Fundamental.

Alguns equipamentos são adquiridos através das ações do PAR, por meio de assistência financeira do FNDE/MEC, onde esses mobiliários não são suficientes para equipar as Unidades Escolares. Há uma necessidade de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas (Programa Nacional de Reestruturação). A busca por condição de trabalho e saúde dos profissionais da educação, foca a incorporação dessa política em todos os debates sobre a valorização profissional, em especial na valorização do plano de carreira da categoria e nas políticas de colaboração entre o sistema de ensino. Quanto à formação e o desenvolvimento profissional ainda há muito que se oferecer:

Implantação de uma política de formação para os demais profissionais (porteiro, servente/merendeiro, auxiliar de disciplina).

“ A sociedade deve ter como fundamento os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade e, como fim, a formação plena do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e para sua qualificação para o trabalho, com base na letra e no espírito do Art. 2º da LDBEN: “A educação é direito de todos e dever da família e do Estado, terá como base os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana, e, como fim, a formação integral da pessoa do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (COSTA, 2006, p. 23).

Segundo este fundamento, o Município tem aplicado além das avaliações internas, as externas que servem de base para medir e melhorar o nível de aprendizagem dos alunos. Será necessário que se trabalhe os descritores da Prova Brasil, carecendo de uma reflexão e ação com os resultados obtidos, explorando com afinco os materiais didáticos recebidos. Os alunos do Ensino Fundamental recebem um acompanhamento individualizado apenas pelo Conselho de Classe.

A importância da Convenção no entendimento e na defesa da inclusão está no fato de que deixa clara a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência, definindo a discriminação contra a pessoa com deficiência. Na Educação Especial a avaliação de qualidade é feita através de relatórios.

“ (...) Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza.

Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (...)”

No município de Formosa do Rio Preto- Bahia, o desafio oriundo dos avanços tecnológicos tem proporcionado poucas mudanças sociais, colocando como desafio permanente ao sistema educativo, o qual não pode e nem deve se eximir de vivenciar e criar possibilidades para vencê-lo. Dessa forma, a Proposta Pedagógica ainda se encontra sem preferência para uso dos seus recursos educacionais

abertos, impossibilitando assim em todas as modalidades de ensino, a expedição de certificados.

Nesse contexto, o município precisa de uma mudança efetiva no processo de ensino-aprendizagem dando suporte, auxílio dos recursos tecnológicos, assegurando a diversidade de métodos, a inserção na Matriz Curricular como disciplina, no sentido de possibilitar experiências educativas aos estudantes e professores e implementação de formação continuada aos professores no sentido de garantir o efetivo e potencial uso das tecnologias como recurso e suporte pedagógico educativo. Será necessário que o município inicie um processo de alfabetização tecnológica, aprofundando os saberes e consolidando metodologias inovadoras, que adote as TIC's como mais um recurso educativo. Tendo em conta este pressuposto, urge integrar as tecnologias em geral e, em particular o computador e a internet no processo educativo.

Prima-se por mais esforço do município em universalizar o acesso à rede de computadores-aluno (a) nas escolas, com internet banda larga, pois, existe 12 (doze) escolas na sede, sendo 03 (três) privadas, 02 (duas) estaduais e 08 (oito) municipais, 11 (onze) na zona rural, onde os laboratórios destas últimas, se encontram sem funcionamento, com máquinas em obsoletos ou simplesmente sendo usados de recursos simples.

“[...] somente oferecer computadores, seria análogo afirmar que as salas de aula, cadeiras e quadro negro garantiriam escolarização e o aprendizado dos alunos. Sem a inteligência profissional dos professores e sem a sabedoria de uma instituição escolar que estabelecesse diretrizes de conhecimento e trabalho nestes espaços, as salas seriam inúteis. Portanto, a oferta de computadores conectados em rede é o primeiro passo, mas não é o suficiente para se realizar a pretensa inclusão digital.”

Baseando nesse pressuposto, as iniciativas do uso das tecnologias na educação tenha se constituído como uma das políticas públicas de diferentes países e que diversos programas e projetos tenham sido executados, as análises dos impactos do uso pedagógico dessas tecnologias nas escolas evidenciam resultados diferentes. Diversos estudiosos desse tema (ALMEIDA; 2008; COSTA, e VISEU, 2007; COSTA, 2004) indicam que a presença das tecnologias por si só não é

garantia de resultados satisfatórios na melhoria da aprendizagem e no desenvolvimento do Currículo e, muitas vezes o uso das tecnologias se restringe a atividades pontuais sem uma real integração ao Currículo (VALENTE; ALMEIDA, F., 1997; ALMEIDA, 2008).

Para as secretarias, falta-lhes planejamento da formação continuada dos professores, promovendo o uso das tecnologias nas diferentes áreas curriculares e a inserção do uso regular das tecnologias nas Diretrizes Curriculares da rede. Apesar de está inserida nos Currículos e ações educacionais, pouco esforço tem-se mostrado por parte do poder público, por Docente e pela sociedade civil organizada.

O cumprimento da Lei nº 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008 ainda não teve sua consolidação em termos de efetividade na prática pedagógica.

Especificamente no âmbito escolar, observa-se que o cumprimento da lei necessita ainda de muitas melhorias, onde docentes e discentes tenham plena consciência da necessidade em se conhecer a constituição étnico-racial de um país como o Brasil com o máximo de profundidade possível, conforme a série e idade dos (as) educandos (as). Como inibidor dessa resistência é preciso que se trabalhe essa temática e executem projetos diretamente relacionados a mesma . Ainda há muito que ser feito, principalmente por parte dos gestores públicos responsáveis pela educação oferecida em todos os níveis de ensino. E só o farão a partir de uma consciência do significado da 10.639/03. É preciso lutar para que esta lei não se transforme em uma “letra morta”. Como dizia Florestan Fernandes, o brasileiro tem “preconceito de ter preconceito”.

No plano pedagógico, o fazer interdisciplinar atrelado à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é de fundamental importância. Dessa forma, sugere-se aqui o “exercício” da interdisciplinaridade como alternativa metodológica no processo ensino- aprendizagem, pois vigora ainda educação do nosso município, os métodos tradicionais, os quais ainda primam pela especialização do conhecimento e a desconexão com a realidade.

Para tanto, é necessário que a mesma deva ser compreendida enquanto uma categoria de ação (FAZENDA), 1995, presente sempre que possível nas práticas pedagógicas dos docentes. Faz-se necessário o acompanhamento por parte dos órgãos superiores da educação principalmente a nível municipal e as direções

escolares e equipes pedagógicas possuam um papel fundamental no cumprimento da lei.

Percebe-se a necessidade de superar os desafios existentes na efetivação da Lei 10.639/08 para que cada vez mais as escolas públicas e privadas do município de Formosa do Rio Preto- Bahia trabalhe esta temática, preferencialmente de forma contínua e não somente no Dia Nacional da Consciência Negra, como tem ocorrido com frequência, chegando a passar despercebido, apesar de sua inserção nas Diretrizes Curriculares.

Embora a escola do campo já tenha percorrido um longo percurso e alcançado algumas melhorias, e até existam algumas políticas específicas para o setor, ainda há muito a ser alcançado no que se refere às comunidades indígenas e quilombolas. É essencial que a educação possa possibilitar, no seu processo, uma formação humanística, solidária e cooperativa, para a intervenção na realidade dos sujeitos, no sentido de uma possível reversão no quadro social vigente, tendo como referência experiências inovadoras de educação formal e informal. Sendo a educação um processo reconstrutivo de formação humana, essa formação deve levar em consideração as condições culturais, econômicas, sociais e geográficas em que se encontra a pessoa. Ser desenvolvida em uma perspectiva universal, mas, ao mesmo tempo, valorizando as características próprias de cada realidade do Município com o uso das suas próprias diretrizes.

A educação formal pressupõe ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente. Destacam-se os relatórios ao ensino e aprendizagem, os conselhos com participação de cidadão ativo, normatizados por leis, desenvolvendo competências e habilidades, com consciência e organização de como agir em grupos coletivos, com parceria com áreas que integram às famílias na escola.

Dentre as ações desenvolvidas destaca-se a formação para professores/as e coordenadores/as pedagógicos/as, palestras e oficinas para famílias e estudantes com a finalidade de enfrentar/combater a violência contra crianças e adolescentes; orientação à equipe escolar na prevenção e enfrentamento à violência dentro das escolas, que muitas vezes é materializada por meio do bullying e homofobia; abordagem das temáticas sobre sexualidade, saúde sexual e saúde reprodutiva, doenças sexualmente transmissíveis, relações de gênero, dentre outras, com

estudantes, famílias e equipe escolar; formação continuada de professores/as com disponibilização de material didático de apoio às escolas. Surgindo a necessidade de contratação de profissionais específicos (fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogo), para a melhoria da qualidade educacional.

As crianças e adolescentes brasileiras são protegidas por uma série de regras e leis estabelecidas pelo País. Após anos de debates e mobilizações, chegou ao consenso de que a infância e a adolescência devem ser protegidas, por toda a sociedade dos diferentes formas de violência. Partindo dessa premissa, no Município, conta simplesmente com o apoio do Conselho Tutelar e o CRAS.

Em suma, a qualidade social da educação brasileira é uma conquista a ser construída de forma negociada, pois significa algo que se concretiza a partir da qualidade da relação entre todos os sujeitos que nela atuam direta e indiretamente. Significa compreender que a educação é um processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam conhecimentos e valores.

2.3.5 Educação de Jovens e Adultos

A modalidade ora em discussão, possibilita uma (re) organização dos conteúdos programáticos, uma (re) estruturação dos tempos de aprendizagens, mais articulado entre os segmentos de cada série e uma maior articulação entre os professores para que avanços nas práticas pedagógicas garantam aos alunos um direito constitucional que é, não só o seu ingresso e permanência na Escola, mas a qualidade do Ensino que lhe é oferecido.

A Educação de Jovens de Adultos é abordada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), em seção V artigos 37 e 38 que estabelecem diretrizes e assegura a gratuidade, oportunidades educacionais apropriadas, consideram características dos alunos, interesses, condições de vida, articulação preferencial à educação profissional por se tratar de trabalhadores e principalmente assegura a permanência destes na escola mediante ações integradas e complementares entre si.

A Educação de Jovens e Adultos do município de Formosa do Rio Preto–Ba, é oferecida no turno noturno em 3 escolas, sendo que em uma destas é ofertada os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nas demais os Anos Finais, o que garante a continuidade dos estudos subsequentes, vale salientar ainda que, no município não há EJA etapa Ensino Médio, somente há este segmento em classes regulares. O baixo número de matrículas bem como o histórico de evasão não permite que a rede municipal ofereça a EJA em todas as escolas.

Percebe-se ainda que, existe necessidade de expansão deste segmento mesmo podendo observar nas tabelas que a taxa de analfabetismo tem diminuído. A população de mais de 35 anos vem aumentando e demanda por mais escolas que ofertem também, ainda mais na zona rural em que historicamente o número de analfabetos é maior.

Porém, algumas ações têm sido adotadas no sentido de evitar a evasão que ainda é muito grande, a estrutura física das salas de aulas são confortáveis, amplas e climatizadas. A população da Terceira Idade é atendida, e quando necessário recebem atenção especial, tanto pedagogicamente quanto no atendimento às necessidades físicas.

Quanto à articulação com a Educação Profissional não há este atendimento, tendo em vista a dificuldade de profissionais e escolas técnicas que deem suporte para essa demanda. Bem como também, não se atende os privados de liberdade.

A Secretaria Municipal de Educação todos os anos faz a projeção, para que as vagas sejam abertas em quantidade suficiente. Porém, é necessário que novas escolas ofertem a EJA para que o atendimento seja mais próximo da habitação de cada estudante. Assim, os estudantes conseguiriam prosseguir seus estudos com mais facilidade, realiza-se ainda provas de reclassificação encaminhando-os para o nível em que eles se encontram.

O município oferece para os estudantes merenda escolar e transporte quando necessário.

Em relação à orientação pedagógica, cada escola possui um coordenador pedagógico com vistas a contribuir para a formação continuada em serviço,

oportunizando que esses profissionais compreendam e levem em consideração as especificidades desse público.

A tabela 20 mostra que a Educação de Jovens e Adultos recebe poucos alunos, em comparação ao universo de atendimento do município. Em contrapartida, esses números pouco se alteraram nos anos de 2011, 2012 e 2013. Uma observação a ser feita é que, no início do ano as matrículas se efetivam em grandes quantidades, porém em alguns períodos do ano o número de alunos diminui e ao fim de cada ano letivo poucos deles, concluem o ciclo.

Tabela 20. Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município Formosa do Rio Preto, por dependência administrativa e localização (2011/2013)

Anos	Municipal		Estadual		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	185	0	0	0	185
2012	192	0	0	0	192
2013	174	0	0	0	174

Fonte: Anuário Estatístico da Educação da Bahia/ Secretaria de Educação Municipal/Direc.

"A formação econômica, política e social dos adultos devia ser desenvolvida a partir de suas atividades cotidianas e de suas preocupações fundamentais." (Barquera, 1982, p.16).

Os dados da tabela 21 demonstram que o analfabetismo em Formosa do Rio Preto tem diminuído, chegando até 86,32% da população de 15 a 17 anos estão frequentando a escola, números positivos, mas que, podem ser melhorados ainda mais.

Tabela 21. Nível Educacional da População jovem, 1991, 2000 e 2010

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
15 a 17 anos	37,90	12,70	3,75	52,91	74,08	86,32
18 a 24 anos	39,16	18,53	5,86	27,07	31,58	35,48

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

A população de 25 a 29 anos ou mais necessita de mais atenção por parte da Rede Municipal, tendo em vista que somente 18,08% da população está na escola. Fazendo necessário então que, se tenha ações de chamamento dos mesmos para entrarem na EJA.

Tabela 22. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010

Taxa de analfabetismo	1991	2000	2010
25 a 29 anos	41,09	27,31	11,65
25 anos ou mais	56,96	43,03	30,09
Percentual de Atendimento			
% de 25 a 29 anos na escola	3,40	8,47	18,08

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 16 jan. 2014 |

Neste sentido, a Educação de Jovens e Adultos como se pode perceber tem tido algumas conquistas importantes, mas que por há muitas coisas a fazer e melhorar ainda mais esse segmento.

2.3.6 Educação Profissional de Nível Médio

O município de Formosa do Rio Preto desponta como importante produtor de grãos no Brasil, sendo assim, apresenta um cenário favorável para o desenvolvimento de educação Profissional no eixo de Recursos Naturais.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Formosa do Rio Preto é oferecida no Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Rio Grande, sendo este um anexo do CETEP da Bacia do Rio Grande, localizado no município de Barreiras. São oferecidos nesta unidade escolar, de acordo com a Lei nº 11.741 de 2008 cursos técnicos nas modalidades de Educação Profissional articulada com o Ensino Médio, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de Nível Médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; e subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio, sendo a matrícula realizada mediante sorteio eletrônico.

Na modalidade integrada ao Ensino Médio é oferecido o Curso Técnico em Agropecuária, com duração de 4 anos e carga horária de 4.400 horas, incluindo o estágio supervisionado de 400 horas. Na modalidade subsequente são oferecidos os cursos Técnico em Agropecuária e Técnico em Agroecologia, ambos com duração de 2 anos, sendo estes modular, e carga horária de 2.240 horas, incluindo o estágio supervisionado de 400 horas.

O município possui cursos técnicos particulares na modalidade subsequente, sendo oferecidos o curso técnico em Enfermagem com duração de 2 anos.

O Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Rio Grande, por se tratar de um Anexo de Barreiras possui problemas de logística. A unidade escolar

funciona em um prédio muito antigo, com infraestrutura pouco adequada para o funcionamento de cursos de Educação Profissional. Faltam laboratórios e biblioteca. Melhorias na estrutura e a criação de um núcleo independente possibilitaria a vinda de cursos em outras áreas.

O município de Formosa do Rio Preto, cumprindo com a parceria com o Estado, expande o atendimento do ensino médio gratuito integrando a formação profissional para as populações do campo, uma vez que oferece transporte escolar para as comunidades rurais.

2.4 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A valorização dos profissionais da educação é de primordial importância para a qualidade da educação, a LDB nº 9.394/96, em seus artigos 61 a 67, dá destaque ao que estava previsto no inciso V do art. 206 da CF, no que diz respeito à valorização do/a profissional da educação. Nesses artigos são estabelecidas diretrizes para a formação dos/as profissionais da educação básica, para o exercício das funções de docência e de suporte pedagógico à docência, e para a elaboração dos estatutos e planos de carreiras para o magistério público, prevendo progressão funcional com base na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho.

A valorização dos/as trabalhadores/as da educação perpassa três eixos interligados entre si: GESTÃO – FORMAÇÃO – CARREIRA. Cada eixo desdobra-se em outras vias também interligadas. Para situar e estabelecer os pontos prioritários desta política apresenta-se o contexto geral e os fundamentos da valorização destes/as trabalhadores/as. Sendo o foco deste documento a política inerente aos/as profissionais da educação do Município de Formosa do Rio Preto.

Neste sentido, percebe-se a importância de o município perfazer uma caminhada mais significativa em incentivos que contribuam para a melhor qualidade do ensino. Oferecendo mais oportunidades aos profissionais para ingressarem em cursos de formação continuada ocasionando em promoções/progressões regulares na carreira profissional. No entanto, faz-se necessário a elaboração e implantação

de um plano que prima pela garantia da valorização do grupo do magistério e demais trabalhadores/as da Educação Básica.

Torna-se imprescindível a apresentação de dados estatísticos para demonstração da situação socioeconômica dos profissionais com salário digno, plano de carreira, formação e acompanhamento pedagógico, boas condições de trabalho, cuidados de prevenção à saúde no exercício da função, para melhor desempenho da qualidade do seu trabalho e, conseqüentemente, na aprendizagem do/a estudante. Desta forma, há que se formular políticas para que os/as educadores/as possam vislumbrar perspectivas de crescimento profissional e de continuidade de seu processo de formação. O nexó entre o diagnóstico e o Plano proposto, é de fundamental importância estabelecer metas que visem à melhoria das escolas, no tocante ao aspecto físico, infraestrutura, instrumentos e materiais pedagógicos e de apoio aos meios tecnológicos. Assim, para que o município tenha resultados ainda mais significativos, a elaboração do PME, viabiliza condições que mantenham o entusiasmo, estimulando todos/as à dedicação ao trabalho e à confiança quanto à valorização.

O município de Formosa do Rio Preto, em razão da autonomia constitucional, às entidades estaduais, municipais e particulares, tem competência para organizar e manter seus/suas servidores/as, criando e extinguindo cargos, funções e empregos, instituindo carreiras e classes, estabelecendo a remuneração, delimitando deveres e direitos e fixando regras disciplinares. Nesse sentido, procurou construir o seu Sistema Municipal de Ensino, adequado às novas demandas e ao Regime de Colaboração estabelecido a partir do novo ordenamento jurídico emanado do Governo Federal.

Para tanto, vem elaborando instrumentos e normas do município, em relação à educação a partir da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.394 de 1996, Plano Nacional da Educação - PNE nº 13.005 de 2014, a Lei de Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB nº 11.494 de 2007, Lei 10 de 1998 que Dispõe o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, Lei 14 de 1998 que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do

Magistério Público Municipal, Lei 55 de 2008 que Institui o Plano de Cargos Carreira e Salários dos Profissionais da Educação.

As normas legais devem obedecer a CF/88, e posteriores emendas, como disposições de observância da eficácia, impessoalidade, valores morais, equidade e publicidade na formulação de políticas públicas de recursos humanos.

Os fatores para a formulação de uma política pública de formação inicial e continuada e valorização dos/as profissionais do magistério devem observar, obrigatoriamente, todas as disposições legais vigentes já apresentadas.

Vale ressaltar também que para garantir e oferecer uma educação de qualidade, bem como desenvolver um processo pedagógico consistente e exequível, é indispensável adotar uma política de gestão voltada à formação inicial e continuada de valorização dos/as profissionais de educação.

Esta formação deve ser responsabilidade principalmente das instituições de ensino superior, nos termos do art. 62 da LDB, onde as funções de pesquisa, ensino e extensão e a relação entre teoria e prática podem garantir o patamar de qualidade social, política e pedagógica, que se considera necessário, cabendo ao município adotar mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação inicial, bem como de extensão e especialização para docentes que atuam na educação básica pública fundamentado na meta 15 do PNE.

A formação continuada do magistério é a parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação e visará à abertura de novos horizontes na atuação profissional. Essa formação terá como finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de seu aperfeiçoamento técnico, ético e político. Deverá ser garantida pela Secretaria Municipal de Educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento, a manutenção dos programas existentes e a implementação de novos. Tais como; programas de formação específica em áreas de formação/atuação, na busca de ações permanentes de forma direta ou por meio de parceria com universidade e instituições de ensino superior, visando uma atualização permanente e conectada com o mundo contemporâneo e seus desafios/oportunidades.

Considerando o exposto na Tabela 23, apresenta-se a seguir a tabela que demonstra as funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica - Rede Municipal.

Tabela 23. Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal (2013)

Etapas e Modalidades da Educação Básica	Funções Docentes ²					
	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Regular – Creche	-----	-----				
Regular - Pré-Escola	31	2	33	5	5	
Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	111	4	115	22	18	
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental	99	2	101	22	24	
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	2	---	2			
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Semipresencial						
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial	8	1	9	1	5	
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Semipresencial						

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide> 2010 >. Acesso em: 16 jan. 2014.

² Legendas para funções docentes: C/Lic - com Licenciatura; C/Gr - com Graduação; C/EM - com Ensino Médio; C/NM - com Normal Médio; S/EM - sem Ensino Médio.

É imprescindível implantar procedimentos de avaliação institucional que contemple a execução do programa de avaliação de desempenho do/a profissional do magistério, de forma sistemática e contínua, como condição de melhoria da qualidade de ensino e como retroalimentação do desenvolvimento profissional. Faz-se necessário ainda uma nova organização administrativa no magistério público municipal, com perspectivas na atualização/adequação do Plano de Cargos Carreira e Remuneração dos Servidores do Magistério, oferecendo um salário fundamentado no Piso Salarial Profissional Nacional, Lei nº 11.738/08, condigno e competitivo no mercado de trabalho, elevando a valorização destes/as profissionais, à formação inicial e continuada, à busca constante de melhoria de sua qualidade de vida, a fim de que o/a profissional da educação tenha claro seu dever, sinta-se contemplado em seus direitos e seguro em relação ao futuro.

Tabela 24. Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2013

Profissionais do Magistério	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio			Total
	Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular	
Professores							69	0	5	
Coordenadores	2						0	0	1	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Diretoria Regional (Direc) 2015.

2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

“Educação é um processo político que, ou reforça as injustiças sociais, pelo controle da consciência, ou promove mudanças pelo processo de reflexão crítica chamado conscientização (...) O objetivo fundamental da prática educativa é promover a consciência crítica, marco referencial da mudança.” (PAULO FREIRE)

A gestão democrática é evidentemente a participação popular mais visível constituída de elementos que retratam a mesma como “pedagogias de participação”. Este envolvimento não pode ficar restrito somente no direito ao voto, mas à necessidade de tomadas de decisões.

A gestão democrática não é somente um preceito constitucional, é muito mais que isso, é um fundamento pedagógico, que viabiliza de forma responsável a aprendizagem.

Segundo a Constituição Federal Brasileira é garantido ao cidadão o direito de participar da vida pública o que identifica a necessidade do cidadão participar e dá autonomia no que diz respeito à natureza pedagógica do município do qual está inserido. É de fato o trabalho conjunto de uma equipe gestora, com representantes da comunidade, onde os mesmos serão instrumentos mobilizadores tomando decisões de forma única, buscando ideias de diferentes parâmetros, introduzindo toda a comunidade escolar na formação destas opiniões.

A gestão democrática pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar – pais, professores, estudantes e funcionários – em todos os segmentos da organização da escola. Esta participação incide diretamente nas mais diferentes etapas da gestão escolar (planejamento, implementação e avaliação) seja, no que diz respeito à construção do projeto e processos pedagógicos quanto às questões de natureza burocrática amparada pela legislação brasileira.

Para se construir uma cultura democrática e uma cultura de direitos humanos nesse cotidiano escolar, é necessária a articulação entre gestão e controle social, tendo os conselhos escolares como mediadores. Esses conselhos serão instrumentos mobilizadores da comunidade a qual a escola pertence para tomar conhecimento das atividades desenvolvidas e do seu Projeto Político Pedagógico de formação e capacitação. Eles identificarão as demandas apresentadas pela comunidade e pelas famílias, para o acesso à educação, para o atendimento de suas demandas específicas e para a melhoria da qualidade oferecida. Este, portanto deve ser construído de maneira colaborativa, com representante das famílias e entidades da comunidade, com metodologias participativas que visem a uma integração, contato e diálogo contínuo com a escola.

No município de Formosa do Rio Preto, atualmente com onze (11) unidades

escolares instituídas (sendo três no campo) e quarenta e quatro (44) com classes multisseriadas na Zona Rural. É até contraditório, mas apesar do grande número de escolas somente quatro possuem Conselho Escolar e ainda com a ressalva que precisam ser renovados conforme o Estatuto de Criação do Conselho Escolar.

Deve-se estabelecer canais de comunicação e interlocução visando à aproximação e enfrentamento conjunto dos problemas que afetam a comunidade escolar; elaborar atividades de diagnóstico, problematização e alternativas de solução para problemas referentes à educação; desenvolver projetos comunitários em relações de horizontalidade, que tratem das necessidades específicas da comunidade e que possam ser atendidas no âmbito das relações educacionais e culturais mediatizadas pela escola; estabelecer parcerias e relações em que a comunidade desenvolva um sentimento de pertencimento à escola e vice-versa.

Sendo assim, releva-se à importância do fortalecimento do Conselho Municipal de Educação e dos Conselhos Escolares, da Conferência Municipal de Educação, do *Fórum* Municipal de Educação, bem como de maior articulação entre o Ministério da Educação e a Secretaria Municipal de Educação.

Formosa do Rio Preto-Ba, por meio da Secretaria Municipal de Educação, incentiva e sedia as reuniões dos Conselhos Municipais. São realizadas as eleições para os conselheiros a cada dois (2) anos.

O município tem em funcionamento atuante o Conselho Municipal de Educação, o COMAE- Conselho Municipal de Alimentação Escolar e o Conselho Municipal do FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Porém, é importante salientar que há anos que os conselheiros não participam de formação específica para sua efetiva atuação, pois esta é ofertada pelo PROAM/Pró- Conselhos.

O Conselho Municipal de Educação, criado em 1998, atualmente conta com dois Representantes da Secretaria Municipal de Educação, um Representante dos Servidores da Educação, dois Representantes dos Diretores das Escolas Municipais, dois representantes dos Professores da Rede Pública de Ensino, dois Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Municipal e um Representante da Secretaria Municipal de Administração, cada representação com seus respectivos suplentes.

O Conselho Municipal de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB-

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, criado em agosto de 1998, atualmente conta com a formação de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e demais membros com específicas representatividades.

E o CAE- Conselho Municipal de Alimentação Escolar possui Regimento Interno e se reúne mensalmente para acompanhamento de gastos e de cardápio elaborados para as escolas. Este teve sua criação e implantação em 2000 e foi reestruturado em 2011. Atualmente tem como conselheiros representantes do Poder Executivo, sociedade civil organizada, dos docentes, discentes e pais de alunos. Cada membro titular tem um suplente do mesmo segmento representado.

As entidades de ensino do município da zona urbana bem como da zona rural, não possuem políticas de incentivo para a formação de grêmios estudantis e de associações de pais e mestres.

Somente uma das escolas municipais tem Projeto Político Pedagógico, precisando ser reformulado. As demais estão em processo de elaboração, atuam com Planos de Ação que garantam o planejamento e organização das escolas.

Todas as Unidades de Ensino possuem um Regime Interno unificado, que trazem facilidade ao usar a mesma linguagem, sendo adaptados às realidades de cada comunidade por meio de aditivos.

Em 2011 foi elaborada a Proposta Curricular, que norteia, rege e organiza pedagógica e metodologicamente as escolas, desde a Educação Infantil às Séries Finais do Ensino Fundamental, perpassando pela EJA, Educação Especial e Educação do Campo.

As Unidades Escolares que possuem Caixa Escolar para melhoramento do ensino-aprendizagem ainda não fazem seu trabalho de forma individualizada, carecendo do apoio para aquisição e utilização dos recursos financeiros, precisando assim de usar maior transparência possível nos gastos. No ato das prestações de conta, o gestor escolar é subsidiado por serviços de acompanhamento contábil e financeiro oferecidos pela Prefeitura e pela Secretaria Municipal de Educação para auxiliar na administração legal e válida dos recursos.

Os gestores escolares (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico e secretário escolar) não são admitidos por eleições, são cargos indicados pela administração municipal. Em Formosa do Rio Preto todos que ocupam estes cargos

são professores, a maior parte deles efetivos da educação.

As tabelas seguintes informam as situações decorrentes da gestão democrática do ensino público de Formosa do Rio Preto, fator que preocupa e necessita de maior visão para solucionar os problemas.

Tabela 27. Número de Escolas por Etapa de Ensino – Formosa do Rio Preto, BA- Rede Estadual

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	0	0	0	2	0	2	2	0	2
2008	0	0	0	2	0	2	2	0	2
2009	0	0	0	0	0	0	2	0	2
2010	0	0	0	0	0	0	2	0	2

Fonte: Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/ide/2007/2008/2009/2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: 28 de abril de 2015

No ano de 2008 a Rede Estadual conclui sua oferta de Ensino Fundamental, onde já atuava com apenas duas escolas na zona urbana, sendo a partir daí uma responsabilidade do município e começa a trilhar seus caminhos com uma oferta exclusiva no Ensino Médio.

A Rede Municipal oferece o Ensino Médio (Profissionalizante em Modalidade Normal) somente até o ano de 2011, seguindo seus passos nas atividades escolares com a demanda de Educação Infantil, Séries Iniciais e Séries Finais do Ensino Fundamental tanto na Zona Urbana e na Zona Rural.

A Tabela 28 demonstra e reflete o número de escolas por etapas de ensino da Rede Municipal de Formosa do Rio Preto-BA, onde percebe-se que até o ano de 2011 o município se responsabilizou pelo Ensino Médio, nos anos seguintes apenas com a Educação Infantil e as Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

Tabela 28. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	2	54	56	7	61	68	1	0	1
2011	2	45	47	7	42	49	1	0	1
2012	2	49	51	7	54	61	0	0	0
2013	2	45	47	8	45	53	0	0	0
2014	2	41	43	8	42	50	0	0	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Formosa do Rio Preto, BA. 29 de abril de 2015.

Ainda observa-se que a demanda da Educação Infantil na Zona Urbana ficou estável nos anos de 2010 a 2014 e diminuiu na Zona Rural.

Quanto ao Ensino Fundamental, teve um aumento de escolas na Zona Urbana e já na Zona Rural teve uma diminuição de 19 instituições educacionais.

É importante salientar que no ano de 2013 três escolas do campo foram desmembradas, sendo elas Escola Municipal Coronel Francisco Ângelo, Escola Municipal Dr. Luiz Viana Filho e Escola Municipal Presidente Costa e Silva.

Formosa do Rio Preto possui no ano de 2013 um total de escolas municipais, distribuídas entre sede e campo.

As escolas localizadas no campo que oferecem as Séries Iniciais do Ensino Fundamental têm classes multisseriadas, portanto aparecem com essa característica na Tabela 29 e as escolas que ofertam as Séries Finais do Ensino Fundamental são extensões da Zona Urbana.

Tabela 29. Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município Formosa do Rio Preto-BA, por dependência administrativa e etapas

da Educação Básica

Etapas da Educação Básica	Dependência administrativa					
	Estadual		Municipal		Particular	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Ed. Infantil – Creche	0	0	0	0	0	0
Ed. Infantil – Pré-escola	0	0	51	47	2	2
Ensino Fundamental Anos iniciais	0	0	57	50	2	2
Ensino Fundamental Anos Finais	0	0	2	5	2	2
Ensino Médio	2	2	0	0	1	1
Total	2	2	110	102	7	7

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Formosa do Rio Preto, BA. 29 de abril de 2015.

Os dados acima expostos são a demonstração de que nos anos de 2012 e 2013 não houve mudança para a oferta do Ensino Médio. Em 2013, houve um aumento de 150% na disponibilização dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental houve uma diminuição.

Os artigos 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e 22 do Plano Nacional de Educação (PNE) indicam que os sistemas de ensino definirão as normas para uma gestão democrática para o ensino público na educação básica.

Obedecer aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola e a participação das comunidades em conselhos escolares são uma premissa ainda a ser seguida. Enfatiza-se então, que a democracia na escola por si só não tem significado. Ela só faz sentido se estiver vinculada a uma percepção de democratização da sociedade. O gestor deve saber

integrar objetivo, ação e resultado, assim agrega à sua gestão colaboradores empreendedores que procuram o bem comum de uma coletividade.

2.6 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

A eficaz firmatação da educação requer especial atenção à gestão de recursos financeiros, que deve ser efetiva, eficiente, relevante e pertinente, a fim de atender aos inúmeros desafios essenciais ao processo de desenvolvimento sustentável da região. A definição de um plano de metas para a educação exige fixação de custos e identificação dos recursos atualmente disponíveis, e das estratégias para sua ampliação, seja por meio de criação de novas fontes, seja por uma utilização mais racionalizada, seja pela constatação da necessidade de maior investimento. Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem se estabelecer como um ponto de partida para a formulação e implantação de metas educacionais.

Nesse sentido, uma relevante medida fundamental à vinculação de recursos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. O artigo 212, *caput*, da Carta Magna, dispõe que:

“ (...) A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendendo a proveniente das transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (...)”

Assim, deve existir uma harmonia entre a condução das políticas econômicas e sociais de estímulo ao desenvolvimento e de ampliação da infraestrutura do Município, requerendo a participação conjunta de governo e sociedade, somando esforços e compartilhando responsabilidade. Tudo isso tem como objetivo, a eficaz utilização dos recursos públicos, apresentados na tabela a seguir:

Tabela 30. Outras receitas com o setor educacional do município de Formosa do Rio Preto, administradas pela prefeitura (2010/2013)

Ano	Alimentação escolar	Transporte Escolar	Convênios	Outras receitas	Total
2010	349,164,00	152.698,71	339,770,00	443.275,03	1.284.907,74
2011	395,640,00	55,411,84	0,00	448,281,79	899,333,63
2012	426.972,00	101.487,27	189.366,22	469.118,39	1.186.943,88
2013	356.164,00	99.413,08	132.000,00	451.476,44	1.039.053,52

Fonte: Secretaria Municipal da Educação / Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal, 2015.

Analisando as informações acima, percebe-se que houve um aumento com custos de merenda escolar nos últimos quatro anos. Nota-se que a arrecadação com outras receitas, no ano de 2013, sofreu um considerável declínio em ao ano de 2012, bem como a diminuição do repasse de convênios.

Diante do exposto, torna-se imprescindível conhecer como os recursos municipais são aplicados por nível ou modalidade de ensino, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 31. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Formosa do Rio Preto, por nível ou modalidade de ensino (2010/2013)

Ano	Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Outros	Total
2010	114.609,93	11.079,186,83	373.002,82	0,00	1.325.682,97	12.892.482,55
2011	127.872,74	14.175.344,73	449.788,00	0,00	1.751.469,25	16.504.474,72
2012	119.958,75	16.926.350,08	6.411,89	0,00	1.462.159,69	18.514.880,41
2013	115.547,94	17.898.296,65	0,00	0,00	2.132.668,46	20.146.513,05

Fonte: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria da Administração, Prefeitura Municipal, 2015.

Ao avaliar a tabela acima, percebe-se que houve uma variação do quantitativo de instituições educacionais e do número de alunos atendidos pelo sistema municipal de ensino, como também dos recursos, seja do tesouro federal ou municipal, para fazer frente às despesas de custeio.

As despesas correntes em educação (pessoal, material de consumo, entre outros) aumentaram de 2010 para 2013. Por outro lado, os investimentos de capital em educação (patrimônio, material permanente, entre outros), em relação ao total de despesas, diminuíram do ano de 2010 para 2013, como pode ser comprovado na tabela abaixo.

Tabela 32. Despesas com educação do município de Formosa do Rio Preto por categoria e elemento de despesa (2010/2013)

Ano	Despesas correntes			Despesas de capital			Total
	Pessoal	Mat. Consumo	Subtotal	Obra e Instalações	Equipamentos	Subtotal	
2010	8.777.642,67	2.624.107,58	11.401.750,25	1.076.198,03	414.534,27	1.490.732,30	12.892.482,55
2011	11.876.691,26	3.682.548,76	15.559.240,02	647.180,40	298.054,30	945.234,70	16.504.474,72
2012	14.248.167,17	3.611.483,33	17.859.650,50	415.484,91	239.745,00	655.229,91	18.514.880,41
2013	15.710.383,70	4.385.546,70	20.095.930,40	30.942,00	19.640,65	50.582,65	20.146.513,05

Fontes: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria da Administração, Prefeitura Municipal (2015).

Há que se destacar, que a queda nas despesas de capital são bastante relevantes no decorrer de quatro anos. Isso demonstra que a administração pública tem priorizado custear as escolas já existentes, isso é justificado quando analisado os dados do Censo.

No que se refere aos recursos recebidos do FUNDEB, observa-se na tabela a seguir.

Tabela 33. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Formosa do Rio Preto em (2010/2013)

Ano	Total recebido	Aplicação		
		Salário dos professores	Capacitação dos leigos	Gastos com MDE
2010	8.400.153,19	5.325.537,24	0,00	3.199.080,58
2011	9.860.755,39	6.757.455,07	0,00	3.322.807,52
2012	11.275.906,25	9.304.427,96	0,00	2.068.955,32
2013	9.952.413,67	9.384.996,43	0,00	889.804,64

Fonte: Secretaria da Administração e/ou Fazenda do Município, 2015.

Nota-se que a aplicação dos recursos do FUNDEB no Ensino Fundamental, houve uma variação no decorrer de quatro anos. Do ano de 2010 até o ano de 2013, os recursos sofreram variações significativas, oscilando em relação a valores. No entanto, em relação às despesas totais com educação, houve um aumento significativo.

Nesse sentido, a tabela abaixo mostra como a administração municipal solucionou a diferença entre o total recebido do FUNDEB e as despesas realizadas.

Tabela 34. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013 (Em R\$)

Dos recursos		Da aplicação	
Receita de imposto e transferências	25% da receita de impostos e transferências	Total aplicado em educação	% aplicado
59.959.925,56	14.989.981,39	19.308.244,73	32,20

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios, 2015.

O Município de Formosa do Rio Preto aplicou um percentual de 32,20% em educação no ano de 2013, mais do os 25% de obrigatoriedade, totalizando um total de R\$19.308.244,73.

No que diz respeito aos recursos advindos do Plano Plurianual (PPA), percebe-se pela tabela a seguir que os valores são superiores aos inicialmente propostos.

Tabela 35. Recursos da Educação no PPA (2010/2013)

ANOS	Previsto em R\$	Programa/projetos/atividades educacionais	Total utilizado
2010	10.818.100,00	Educar, uma questão de todos.	12.892.482,55
2011	11.575.367,00	Educar, uma questão de todos.	16.504.474,72
2012	12.385.642,29	Educar, uma questão de todos.	18.514.880,41
2013	13.252.637,67	Educar, uma questão de todos.	20.146.513,05

Fonte: Prefeitura Municipal, 2014.

Fica explícita na Tabela 35 a variação entre os valores inicialmente pensados e o montante utilizado no decorrer de quatro anos.

Assim, as informações de controle social dos recursos financeiros do município ficam a cargo do Conselho do FUNDEB, com função de fiscalizar e acompanhar os recursos vinculados à educação. A Secretaria Municipal de Educação participa em parte: fiscaliza as ações, mas não tem participação na construção do PPA.

No que se refere à lei que regula o acesso às informações, o gestor escolar, é desprovido de conhecimento técnico, por falta de interesse e por entender que as autarquias, as fundações públicas, no caso do nosso município a Assessoria Contábil, desenvolva os trâmites legais. Assim, informações a respeito de despesas,

aquisição de materiais e transferências vinculadas às suas instituições de ensino são realizadas pelo Núcleo de Pré-Liquidação de Processos Administrativos, setor de responsabilidade da Secretaria de Educação que realiza empenho, sub-empenho e Processos Licitatórios.

Ao exercer a específica função de organizar o apoio contábil aos gestores escolares, a equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação entende a necessidade do cumprimento da obrigatoriedade previstas na lei do orçamento público em educação, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos balancetes dos recursos utilizados pelo FUNDEB.

Há de se ter uma atenção generalizada por parte dos Gestores Municipais no engajamento de suas ações. Se não houver o acompanhamento interno, por melhor que sejam as intenções dos mesmos, não haverá êxito nos resultados a serem alcançados, principalmente no que se refere à despesa e à receita frisados no Art. 48 da Lei nº 131, de 27 de maio de 2009. Nesse sentido, o município já utiliza dos meios de transparência dos recursos públicos em educação, nos quais são incentivados com a participação da comunidade escolar e audiências públicas e o portal da transparência do município.

Contudo, como se pode facilmente verificar, financiamento e gestão estão indissolavelmente ligados. A transparência da gestão financeira e o exercício do controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação e a equalização de oportunidades educacionais, que assegura ao estudante a real possibilidade de acesso e permanência na escola.

3- DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS

Esta seção apresentará as Diretrizes, Metas e Estratégias que foram delineadas pelas comissões representativas, de modo que estas contribuições serão luz para vislumbrar uma educação de qualidade no nosso município.

3.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

META 01: Universalizar, até 2024, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

- 1.1 Garantir que a diferença entre as taxas de frequência da Educação Infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo seja inferior a 10% (dez por cento);
- 1.2 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração com a Secretaria Municipal de Saúde, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;
- 1.3 Implantar, até o terceiro ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

- 1.4 Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da Educação Infantil;
- 1.5 Implantar progressivamente, até o último ano de vigência deste PME a nucleação em comunidades rurais para atendimento de crianças de 4 e 5 anos.
- 1.6 Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;
- 1.7 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;
- 1.8 Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
- 1.9 Elaborar espaços lúdicos, como Brinquedotecas, nas creches e escolas de Educação Infantil;
- 1.10 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 1.11 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção

à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.12 Estimular, até o final da vigência deste PME, o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para 50% das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

META 02: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

2.1 Estimular o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) que estão em distorção idade-série do Ensino Fundamental;

2.2 Buscar apoio de profissionais da assistência social e área de saúde para garantir o acesso e a permanência, com sucesso dos alunos com risco social, nas escolas do Ensino Fundamental;

2.3 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.4 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.5 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.6 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas

META 03: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS:

3.1 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência; Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.2 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.3 Buscar junto ao governo estadual a ampliação da sua rede, de modo atender a demanda de oferta dessa modalidade;

META 04: Incentivar políticas pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades do alunado assegurando estratégias que favoreçam ao rompimento de suas limitações e consequentemente evitando a evasão escolar.

ESTRATÉGIAS:

- 4.1 Estimular o acesso e a permanência de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- 4.2 Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo;
- 4.3 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, nas formas contemplar a pelo menos 75% alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;
- 4.1 Buscar parcerias com União para ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;
- 4.2 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.3 Garantir a oferta de Educação Inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.4 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.

4.5 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

META 05: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental;

ESTRATÉGIAS:

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e condições de trabalho dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena das crianças;

- 5.2 Ampliar as condições de acesso permanência à alfabetização aos alunos com NEE;
- 5.3 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.
- 5.4 Ampliar instrumentos de avaliação periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todas as crianças até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;
- 5.5 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.6 Apoiar a alfabetização de crianças do campo com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural de suas comunidades;
- 5.7 Implantar uma política pública municipal separando a pré-escola das classes multisseriadas, garantindo com isso o processo de alfabetização com qualidade;
- 5.8 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

META 06: Oferecer educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

ESTRATÉGIAS:

6.1 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinemas;

6.2 Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte de entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública;

6.3 Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos (as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.4 Atender às escolas do campo e de comunidades de remanescentes quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se peculiaridades locais;

6.5 Adotar medidas para otimizar o tempo e permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinando com atividades recreativas e culturais;

6.6 Garantir o apoio da Secretaria Municipal de Educação às escolas e coordenadores do programa, enfatizando o assessoramento pedagógico e financeiro;

META 07: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no Ensino Médio.

ESTRATÉGIAS:

7.1 Estimular que pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.2 Possibilitar que todos os (as) estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3 Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.4 Desenvolver indicadores próprios e específicos de avaliação da qualidade da educação para acompanhamento e monitoramento do ensino aprendizagem;

7.5 Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME;

7.6 Incentivar o desenvolvimento, selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e promover práticas pedagógicas inovadoras que garantam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.7 Assegurar a todas as escolas públicas municipais de Educação Básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos laboratórios de informática e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.8 Promover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas municipais da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a ampliação do acesso à informação e ao conhecimento.

META 08: Elevar a taxa de alfabetização da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS:

8.1 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para a correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar

defasado, considerado as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2 Buscar parcerias para implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3 Promover, em parceria com áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados.

META 09: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

9.1 Aderir aos programas estaduais e federais e adotar tecnologias para a correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerado as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

9.2 Buscar parcerias para implementar programas de Educação de Jovens e Adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

9.3 Promover, em parceria com áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específico para os segmentos populacionais considerados.

META 10: Estimular a ampliação da matrícula de Jovens e Adultos na educação integrada à Educação Profissional para 25% do público correspondente.

ESTRATÉGIAS:

10.1 Buscar convênios com a União para instituir a Educação Profissional concomitante com a Educação de Jovens e Adultos;

10.2 Criar parcerias com os IF's para a oferta de cursos profissionalizantes no município;

10.1.1 Estimular a expansão das matrículas na Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3 Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio;

10.4 Estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

META 11: Triplicar as matrículas da Educação Profissional técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

11.1 Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

11.2 Buscar convênios com a União para instituir a Educação Profissional concomitante com a Educação de Jovens e Adultos;

META 12: Incentivar os alunos a ingressarem no Ensino Superior, elevando a taxa bruta de matrícula na educação superior para 30% (trinta por cento) e a taxa líquida para 18% (dezoito por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro).

ESTRATÉGIAS:

12.1 Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.2 Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica;

12.3 Buscar parcerias para a oferta de ensino superior, como por exemplo: polo da Universidade Aberta do Brasil, parceria Universidade do Estado da Bahia;

12.4 Ofertar se necessário, transporte para locomoção dos estudantes para cidades circunvizinhas e acesso a internet para realizar inscrições para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio, bem como o acesso à internet para realização das inscrições desses alunos.

12.5 Oportunizar a realização da prova do ENEM na sede do município;

META 13: Acompanhar a melhoria da qualidade da educação superior através da ampliação de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no ensino superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

ESTRATÉGIAS:

13.1 Divulgar os editais dos cursos para formação de mestres e doutores.

META 14: Incentivar os profissionais da educação superior a matriculem-se em cursos de mestrado e doutorado de modo a alcançar, ao longo da década pelo menos 50% dos docentes com mestrado e/ou doutorado.

ESTRATÉGIAS:

14.1 Realizar, em regime de colaboração com o governo Estadual e Federal o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação em nível de pós graduação.

META 15: Garantir que até o final do prazo de vigência deste PME, os professores tenham formação específica na sua área de atuação.

ESTRATÉGIAS:

15.1 Apresentar diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e

comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;

15.2 Viabilizar a carga horária diferenciada ao professor que esteja cursando licenciatura em área específica;

META 16: Fomentar que 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, tenham pós graduação em sua área específica até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

16.1 Apresentar diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;

META 17: Valorizar os profissionais do magistério da rede pública, até o final do sexto ano da vigência do PME, garantindo remuneração digna e condições favoráveis de trabalho.

ESTRATÉGIAS:

17.1 Criar comissão permanente de profissionais da educação para reestruturação e implementação dos planos de Cargos, Carreira e Salário (PCCS);

17.2 Promover a reorganização da rede municipal de ensino, lotando os profissionais docentes conforme sua área de atuação observando os critérios

estabelecidos no Estatuto do Magistério Municipal, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

17.3 Criar o Fórum Municipal permanente de estudo e pesquisa a fim de discutir a equiparação salarial a outros profissionais com escolaridade equivalente, bem como temáticas pertinentes à educação.

17.4 Fazer cumprir o que preceitua a Legislação educacional quanto às funções do magistério exercidas por professores e especialistas em educação, no desempenho de atividades educativas.

META 18: Assegurar, no prazo de 01 (um) ano, a reformulação do plano de cargos, carreira e salário para os (as) profissionais da educação básica pública do Sistema Municipal de Ensino, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS:

18.1 Estruturar a rede pública de educação básica de modo que atinja 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

18.2 Observar e fazer cumprir os critérios de avaliação para ampliação da carga horária dos profissionais do magistério presentes no PCCS, bem como o enquadramento dos mesmos;

18.3 Fortalecer, na rede pública municipal de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do

(a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

18.3.1 Criar instrumentos de avaliação periódica que possibilitem aferir a qualidade da atividade do docente;

18.4 Fazer cumprir no plano de Carreira dos profissionais da educação, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu;

18.5 Criar comissão permanente de profissionais da educação para reestruturação e implementação dos planos de Carreira.

18.6 Buscar parcerias para viabilizar incentivos e investimentos de instituições não governamentais executando projetos pedagógicos para ampliar a receita educacional do município;

META 19: Assegurar condições, no prazo de 4 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS:

19. 1 Incentivar a participação nos programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, do Conselho Municipal de Educação, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.2 Incentivar que no Município construa Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos seus planos de educação;

19.3 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.4 Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.5 Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.6 Fortalecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.7 Desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, a fim de subsidiar as estratégias para atuação dos cargos.

META 20: Gerenciar os recursos repassados pela União para a melhoria da qualidade da educação tendo em vista as metas estabelecidas no PNE.

ESTRATÉGIAS:

20.1 Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;

- 20.2 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único, do art. 48, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;
- 20.3 Acompanhar periodicamente a distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio;
- 20.4 Investir os recursos repassados pela União no intuito de aprimorar o processo de ensino aprendizagem fortalecendo a qualidade da Educação Básica do município;
- 20.5 Destinar recursos para a formação continuada dos profissionais da educação com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação Básica;
- 20.6 Fortalecer o Conselho Municipal de Educação, o Conselho do Fundeb, e o Conselho Municipal da Alimentação Escolar- CAE- cumprindo a sua finalidade de fiscalização, acompanhamento e transparência.

4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

Formosa do Rio Preto, com a participação do Grupo Colaborativo e Comissões específicas, de forma democrática, elaborou este Plano Municipal de Educação, ousando visualizar um futuro melhor para educação do município, tendo sido construído com a participação do Governo e da Sociedade Civil. Este é um documento que contém Objetivos, Metas e Ações propostas a curto, médio e longo prazo, para a educação.

O Plano Municipal de Educação engloba todo o Sistema de Ensino e é direcionado aos campos da: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Política da Alfabetização, Educação em Tempo Integral, Qualidade da Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Médio, Educação Profissional de Nível Médio, Educação Especial, e Ensino Superior. Além de Valorização dos Profissionais, Gestão Democrática do Ensino Público e Recursos Financeiros para Educação.

O presente documento será analisado e monitorado semestralmente por uma comissão representativa intermediada pelo Conselho Municipal de Educação, tendo assim a finalidade de acompanhamento para garantir a transparência nos resultados alcançados.

4.1 Composição da Comissão Permanente de monitoramento e Avaliação

O monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Formosa do Rio Preto serão realizados a cada seis meses por uma Comissão Permanente, nomeada por meio de Portaria que se mediará pelo Conselho Municipal de Educação.

As comissões serão constituídas por representantes da comunidade local, em segmentos vinculados à educação, como: sindicatos, pais, professores, gestores, escolas particulares e comunidade civil.

Os resultados da avaliação serão apresentados à comunidade a cada biênio nas Conferências de Educação, neste momento apresentar-se-á os elementos das atividades do PME e as ações realizadas.

5 REFERÊNCIAS

BAHIA, Secretaria da Educação. **Plano Estadual de Educação da Bahia**/Secretaria da Educação. Salvador: SEC, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: MEC/SEB, 2007.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documentos norteadores para elaboração de Plano Municipal de Educação (PME)** – 2. ed. atual. Elaboração Clodoaldo José de Almeida Souza. Brasília: DF MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF, 2001

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica – Brasília-DF, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Projeto Lei nº 8.035/2010 PNE 2011-2020**, Disponível em: < http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pne_projeto_lei1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Projeto Lei da Câmara 13.005/2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 07 jul. 2012.

_____. **Planejando a Próxima Década: alinhando os planos de educação**. Disponível em:<portal.mec.com.br>. Acesso em 4 ago.2014.